

PISEAGRAMA

03 RECREIO

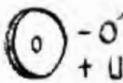
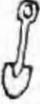
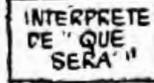
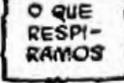
ESPAÇO PÚBLICO PERIÓDICO
Número 03 | www.piseagrama.org



R\$0,0

Carta ENIGMÁTICA

SOLUÇÃO NO PRÓXIMO NÚMERO

00  res su  ^{-S}/_{+C} ssos
 ^{-O}/_{+U}   ^{-O}/_{+IS} a  
 100 to 2-1 00  ^{-A}/_{+E}, 
 "Va   - Ñ tar", 1a e D ^{-E}/_{+I}
 ^{-M}/_{+C}  -DO  Q  ^{-P}/_{+J}
 - ã  ^{-A}/_{+N}  la ex G
 len  ^{-P}/_{+C}   u  ^{-M}/_{+TE} iido
  ^{-ST} cões D M ^{-E}   ^{-A}/_{+O} 
 ^{-M}/_{+N}  e to. 2-1 00 
  ^{+PA}  ^{-DE} , apa  100
 em Va   - Ñ tar. R curê  ta
 ^{-L}/_{+R}  lha, hoje M ^{-E} M   !

Solução da Carta Enigmática do número anterior

"Leitores amigos:
 Dentro de mais alguns dias, Emilinha Borba, a favorita de todos, estará escrevendo na REVISTA DO RÁDIO uma seção sensacional, sobre as coisas do microfone e o seu próprio cotidiano. Emilinha Borba será uma sensação nesta revista. Aguardem o seu aparecimento como jornalista, na REVISTA DO RÁDIO, um acontecimento realmente retumbante!"

Se você gosta de rir não deixe de ler o livro "ANEDOTAS DO RÁDIO" 12 CRUZEIROS Em todos os jornaleiros

GANHE

Um T.V. — Um carro —
 Uma electroira e outras
 utilidades domésticas,
 Guardando as notas de
 compra de J. ISNARD
 & Cia. Ltda.

TELEVISÃO A PRAZO

VENDAS A PRAZO
PELO PLANO "SUAVE"
ACESSÓRIOS DE RÁDIO
EM GERAL
Descontos para mecânicos
montadores
Todos os sucessos musicais
publicados nesta revista
são encontrados em
nossa discoteca
ATENDEMOS PELO
REEMBOLSO POSTAL
J. ISNARD & Cia. Ltda.

ANUNCIE AQUI

Esta publicação foi selecionada entre os projetos que se inscreveram no Programa Cultura e Pensamento – Seleção Pública e Distribuição de Revistas Culturais. Foram escolhidos quatro projetos, e desta forma contemplamos quatro revistas culturais bimestrais cujas tiragens, somadas, chegam a 240 mil exemplares.

O objetivo desta iniciativa é estimular a criação de publicações culturais permanentes, e de alcance nacional – não apenas em sua distribuição, mas também em seu conteúdo.

Ao patrocinar este projeto, a Petrobras reafirma, uma vez mais, seu profundo e sólido compromisso com as artes e a cultura em nosso país – confirmando, ao mesmo tempo, seu decisivo papel de maior patrocinadora cultural do Brasil.

Desde a sua criação, há pouco mais de meio século, a Petrobras mantém uma trajetória de crescente importância para o país. Foi decisiva no aprimoramento da nossa indústria pesada, no desenvolvimento de tecnologia de ponta para prospecção, exploração e produção de petróleo em águas ultra-profundas, no esforço para alcançar a auto-suficiência. Maior empresa brasileira e uma das líderes no setor em todo o mundo, a cada passo dado, a cada desafio superado, a Petrobras não fez mais do que reafirmar seu compromisso primordial, que é o de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Patrocinar as artes e a cultura, através de um programa sólido e transparente, é parte desse compromisso.

CULTURA E PENSAMENTO é um programa nacional de estímulo à reflexão e à crítica cultural. Desde sua primeira edição em 2005, seleciona e apoia projetos de debates presenciais e publicações. O objetivo do programa é dar suporte institucional e financeiro a iniciativas que fortaleçam a esfera pública e proponham questões e alternativas para as dinâmicas culturais do país.

Em 2009, o Programa abriu a terceira edição dos editais para financiamento de debates e de periódicos impressos de alcance nacional. Os editais são abertos a propostas de intelectuais, pensadores da cultura, artistas, instituições e grupos culturais, pesquisadores, organizações da sociedade civil e outros agentes, visando à promoção do diálogo sobre temas da agenda contemporânea.

O projeto de revistas do Programa Cultura e Pensamento busca ofertar gratuitamente conteúdos de elevada qualidade a um público amplo e diversificado de leitores, através de uma rede de circulação formada por 200 pontos de distribuição em todo território nacional, entre eles instituições culturais, universidades e pontos de cultura. Ao longo dos 24 meses o projeto prevê o lançamento de 20 títulos, cada um com 6 edições bimestrais, totalizando a circulação gratuita de 1.200.000 exemplares de revistas com discussões sobre arte e cultura, oriundas de diversos estados do país. A rede abrangerá mais de 200 colaboradores editoriais de cinco regiões e 19 estados brasileiros.

A edição 2009-2010 do Edital de Revistas do PROGRAMA CULTURA E PENSAMENTO tem patrocínio da Petrobras e é realizada pela Associação dos Amigos da Casa de Rui Barbosa.

Este projeto foi contemplado pela seleção pública de revistas culturais do programa CULTURA E PENSAMENTO 2009/2010.



- 03 RECREIO**
Guto Lacaz
- 04 A VIDA SECRETA**
Emilio Fraia
- 05 EPISÓDIOS MÍNIMOS**
Simone Cortezão
- 10 CAROCHAS NA ESPLANADA**
Roberto Andrés e Marco Antônio Mota
- 14 O VALOR ECONÔMICO DO TEMPO LIVRE**
Ladislau Dowbor
- 18 CAMPOS**
Joachim Schmid
- 21 O CAMPINHO**
Ettori Bottini
- 23 UMA ESCOLA SEM MUROS**
Aleluia Heringer Lisboa Teixeira
- 26 RECREIO NA SALA**
Fernanda Regaldo
- 30 ARQUITETURA DO LUGAR**
Alexandre Delijaicov
- 31 CEU**
Marcos L. Rosa
- 33 DOMINGO NO CEU**
André Rosso
- 39 ITAOBIM**
Bruno Vilela e Nuno Manna
- 40 TV PÚBLICA E ENTRETENIMENTO**
Eugênio Bucci
- 44 PACIFIC**
Marcelo Pedroso e Pablo Holmes
- 46 UTOPIAS RECREATIVAS**
Wellington Cançado
- 49 VOLTA AO MUNDO**
Cinthia Marcelle
- 50 A CIDADE E OS SKATISTAS**
Leonardo Brandão
- 52 A CIDADE COMO PLAYGROUND**
Merijn Oudenampsen
- 56 EM BUSCA DE VAN EYCK PELAS RUAS DE AMSTERDAM**
Ana Méndez de Andrés
- 59 RECEITAS URBANAS**
Santiago Cirugeda



A VIDA SECRETA

Emilio Fraia

Escritor, jornalista, editor de literatura da Cosac Naify e coautor de *O verão de Chibo* (Alfaguara, 2008).

Todos nós, em maior ou menor grau, experimentamos (e alimentamos) aquilo que pode ser chamado de “a vida secreta”. O termo se refere aqui a coisas ínfimas que perderiam a graça e/ou soariam ridículas e sem sentido se fossem contadas (porque as palavras as diminuem).

Exemplos: no caminho para o trabalho, seguir por trajeto alternativo (mais longo) só para passar sob uma marquise que, por algum motivo, achamos bonita; idas solitárias à papelaria para escolha e compra de canetas; tentativa de pisar sempre a parte branca do segundo degrau da entrada do prédio; choro em posição fetal durante o banho (água fria); passar as compras única e exclusivamente no caixa 8, mesmo com fila maior, porque é o da atendente ruiva e com covinhas etc.

Uma das características da vida secreta, a mais marcante, é o não-utilitarismo de seus atos. E um dos seus exemplos mais bem-acabados talvez esteja no diário argentino de Witold Gombrovicz.

O escritor polonês, que por muitos anos viveu em Buenos Aires, conta que certa vez entrou no banheiro de um café da Calle Callao e viu as paredes cobertas de escritos e desenhos. Depois de algum tempo fechado ali, sozinho, “em uma espécie de intimidade”, decidiu contribuir com o *work in progress* local; sacou do bolso um lápis, molhou a ponta com saliva e rabiscou algo, “na parte de cima, para que fosse mais difícil apagar, algo completamente idiota”.

Então guardou o lápis, abriu a porta e saiu.

Atravessou o café e se misturou à multidão da rua. “Aquilo ficou lá, escrito”, conta o autor do sensacional *Ferdydurke*. “E desde então”, diz, “vivo com a consciência de que o que escrevi está lá.”

Essa história da vida secreta de Gombrovicz (lembrança frequente de que, por alguma razão, provavelmente absurda, escreveu algo idiota na parede de um banheiro) me veio à cabeça quando estampou os jornais a notícia de que, durante escavações no Marco Zero, onde

ficava o World Trade Center em Nova York, operários encontraram a carcaça de uma embarcação de 9,75 metros de comprimento.

Segundo arqueólogos, o navio pode ter afundado no século dezoito. Uma âncora de 45 quilos também foi encontrada no local.

Ou seja, do início dos anos 1970, quando as torres ficaram prontas, até 2001, quando foram destruídas nos ataques de 11 de setembro, o World Trade Center manteve no seu subsolo um barco.

Se os lugares (praças, parques, prédios) tivessem vidas secretas – e eu aposto que sim –, essa sem dúvida seria uma das mais perturbadoras. Um barco no porão. Porque ninguém entenderia. Um prédio tão grande e asseado, com empresas e escritórios. Um lugar em que tudo converge para a eficiência. E um barco velho e imundo, enterrado no porão. Contado assim (porque as palavras diminuem tudo), as pessoas olhariam de lado, disfarçando. A vida secreta, afinal, nunca é fácil. ■

EPISÓDIOS MÍNIMOS

Simone Cortezão

ASSISTA NO SITE



Arquiteta, mestre em artes visuais, desenvolve trabalhos próprios no campo da arquitetura e suas interfaces com o design e a arte.



Em uma viagem de retorno ao Vale do Aço, lugar de grandes empresas como Cenibra, Arcelor-Mittal e Usiminas, no leste do Estado de Minas Gerais, ouvi uma criança dizendo logo que avistou a indústria:
– É uma fábrica de nuvens!

Eram as chaminés da usina o que ela tinha visto. Aqui as nuvens são mesmo fabricadas, afinal as chaminés fazem uma segunda camada de nuvens no céu e, a cada instante, as cores são alteradas. A luz é laranja, um laranja latente como o fogo, o ar com partículas, como imagens saídas de um sonho. É embaçado. É bonito. Naquele lugar genérico, mas tão específico. Muitas vezes quente e úmido, nunca muito perfeito e o céu sempre coberto de nuvens e de outras feitas ao longo do dia. Composto de silêncios e rumores, cada dia é um vagar, uma espécie de sossego da paisagem, um entorpecimento de morosidade e espera.

Parque

Quando me mudei para Acesita, em 1989, o cotidiano industrial ainda era muito intenso. Quando terminamos a mudança, já era noite, as luzes de vapor de mercúrio completamente



alaranjadas, já quase acendendo, sempre muito fortes. Do final da avenida para onde acabara de me mudar, avistava a chaminé principal e as torres iluminadas. Aquilo era sensacional, parecia um parque de diversões. Sentia-me como num parque por causa daquele objeto enorme que era a indústria com os apitos que lançavam multidões nas ruas, todos os dias. Às 17 horas, acontecia uma “festa”: praticamente toda a população ia para as ruas esperar pais, irmãos e maridos chegarem do trabalho. Grande parte dos trabalhadores voltava para casa de bicicleta. Gostava de ficar na varanda vendo a multidão passar, mesmo que não tivesse que esperar ninguém da minha família. Talvez eu sempre tenha sido um pouco estrangeira na região, meu pai músico e, mais tarde, funcionário da prefeitura; minha mãe professora de uma escola na periferia, engajada socialmente. Eu não fazia parte da rotina milimétrica da indústria, mas a vida regular da cidade começava a repercutir.

Pouco tempo depois, um parque com uma roda gigante chegou à cidade. Era ridículo, ela ficava minúscula diante da imensidão das torres e luzes da indústria. A partir desse momento, passei a entender a diferença entre o parque e a Acesita, hoje Arcelor-Mittal. Assim, ir ao parque de diversões ou ao teatro tornou-se um tanto quanto pequeno, já não era tão grande o encantamento por suas luzes e estruturas.

Caixa d'água

Como em qualquer estrutura industrial, a caixa d'água era extremamente perigosa, e

sabíamos disso. Com um tubo de mais ou menos 1 metro de diâmetro e uma grade metálica de fechamento, a caixa d'água alimentava a aciaria. A água era utilizada para o resfriamento de alguma caldeira e, em momentos não muito previstos, era totalmente sugada, e isso acontecia muito rapidamente. Todos os meninos chamavam esse acontecimento de “chupão”. A sucção da água era muito forte, então tínhamos que nadar sempre atentos ao movimento da água. Em épocas muito quentes, a caixa d'água parecia um clube. Havia uma grande diversão nisso tudo, desde montar estratégias para entrar nesses lugares, quase sempre com vigilantes sonolentos e dispersos, até nadar no reservatório gigante.

Fronteiras

O chão sempre com uma fina camada de poluição e o calor infernal agora era o que mais se sentia. Não demorou muito e, em 1991, começava o anúncio de privatização da empresa. Mas foi só por volta de 1993 que houve realmente a privatização. Talvez tenha sido o momento mais duro, pelas rápidas transformações. Muitos funcionários foram demitidos e, com as demissões, veio a desestruturação familiar para as pessoas que cresceram comigo. As ruas começavam a se esvaziar, passaram a ficar grandes demais para tão poucas pessoas circulando na cidade. Agora não eram necessários tantos funcionários, pois novas tecnologias foram implantadas. Foi exatamente neste momento que eu, meus irmãos e outros amigos começamos a fazer passeios em áreas industriais, num momento de transição e obsolescência

de alguns processos industriais. Essas áreas já não eram mais tão monitoradas.

Com 10 anos, eu começava a sair das fronteiras do meu território de circulação. Passei a andar de bicicleta por toda a cidade, mas meu lugar favorito era o entorno da indústria. Ainda hoje, é o melhor lugar para andar de bicicleta; é um largo passeio da usina cercado de grades metálicas que circundam grande parte da cidade. Nesses passeios, construía um vocabulário da maquinaria existente. As grades são marcadas por inscrições de perigo, alta-tensão, setorizações. Toda a parte interna é iluminada por luzes vermelhas e verdes. Um gradil fartamente vazado vai cercado grandes galpões com montanhas de areia, contêineres de minério, coque, caldeiras, escória, reservatórios de gásômetro e hidrogênio, guindastes, montacargas, postes de alta tensão. Já no bairro Vila dos Técnicos, a iluminação no interior da usina é completamente esverdeada onde ficam os fornos e chapas fumegantes. À medida que se vai chegando à região central de Timóteo, a paisagem muda. São grandes pátios de bobinas, locomotivas, vagões lacrados, chapas, laminados empilhados, pontes rolantes e filas e mais filas de caminhões que escoam toda a produção pela BR 381.

Quintais

Graças à plantação ordenada e ao acompanhamento da Cenibra, hoje a cultura do eucalipto ocupa quase todos os quintais do bairro Cocais, em Coronel Fabriciano. Cada quintal é tratado como uma porção equivalente a um território maior, com logísticas de



transporte e distribuição dos eucaliptos. De início, para cada habitante do Cocais, tudo está sempre calmo demais, normal demais. Você caminha, senta-se, deita-se, fica de pé, do mesmo modo que não escolhe mais suas refeições, até findar todas as combinações do refeitório da empresa. Aos poucos, se vão os minutos, as horas e os dias. As sombras vão se conformando e se desfazendo levemente nos caminhos geométricos dos eucaliptais. O horizonte vai se escondendo, agora resta esperar mais um pouco, entre uma refeição e outra, um sono e outro, até que se cumpram 7 anos. A tensão do tempo toma o lugar, o consome. Essa ambição truculenta faz da cidade uma coleção de paisagens funcionais.

Os quintais, essas pequenas porções particulares onde são transplantadas naturezas domesticadas, conformam uma parte que fica entre nossos desejos de aproximação com a natureza e a estratégia alimentar de plantar e comer. Com o passar dos anos, cada quintal foi se esvaziando, já não tinham mais as pequenas hortas e pomares de antigamente, agora cada quintal tem sua pequena produção de eucalipto. Sei, através de histórias, que não se encontra nada além dos muros. As casas estão sempre fechadas e o chão de terra segue na feiura, as árvores definhadas, as fachadas nuas, os bêbados solitários. Sobretudo, metodicamente. Agora não é mais necessário plantar e cuidar, as tecnológicas e assertivas fórmulas de plantio do eucalipto deixam horas livres. Esse foi o modo de vida escolhido pela população do Cocais. Em grande parte de Minas Gerais, um salário mínimo é oferecido em troca do cultivo do

eucalipto nos quintais. E, por causa disso, o eucalipto fascina e surpreende, na evidência insuspeita de uma liberdade cotidiana. Esse fragmento da natureza toma feições urbanas, torna-se elemento vulgar da cidade.

Uniformes

Nas usinas e empresas do Vale do Aço, existem em média 20 tipos de uniformes. As cores variam entre o bege e o bege acinzentado, são cores opacas. O tecido é de brim com cortes retos, as camisas são de manga curta com botões pequenos e um bolso na frente, sempre com a logomarca da empresa e o crachá de identificação. Há também blusa de manga longa para o inverno, muito parecida com a camisa de manga curta, mas com um elástico de aproximadamente 10 cm na barra inferior e um zíper na frente. O calçado é uma botina preta de bico redondo e solado de borracha que machuca os pés, mas é a única que pode ser usada.

Camisa operacional de manga curta de um bolso: gola esporte pespontada, frente aberta com fechamento através de botões e caseados no sentido vertical. Mangas curtas com bainhas fixas, um bolso chapado chanfrado no lado esquerdo com portinholas fechadas através de botão e caseado, abertura para caneta de três centímetros no bolso esquerdo, costas em tecido único.

Calça operacional masculina: cós postiço com quatro centímetros de largura com fechamento através de botão e caseado, sete passantes, vista embutida com zíper, dois bolsos frontais chapados com abertura do tipo americano, um bolsinho relógio no

espelho direito, traseiro com palas e dois bolsos chapados chanfrados.

Durante o dia, as pessoas que trabalham na indústria circulam de uniforme, é importante como identificação para os outros habitantes da região. Ao fim do dia, uma multidão invade as ruas formando vários pontos de cor bege e bege acinzentado. Se você chega ao supermercado, há um de uniforme, no posto de gasolina há outro, no restaurante há muitos, nas padarias pela manhã vê-se de 10 a 20 uniformes. Há também vários uniformes andando de bicicleta.

Pássaros

No Vale do Aço, os pássaros ocupam distintos lugares e movimentos, de acordo com a época. Eles são flagrados se aquecendo em torno das chaminés das usinas, quase que estabilizados por esse atual estado apagado da natureza. De muitas espécies, talvez sejam os pássaros os que mais conseguiram se adaptar a essa paisagem. Há alguns anos, no início da produção da indústria, a usina produzia aço mas também criava pássaros ao redor dos seus pátios internos. Curiosamente, esses pássaros eram soltos, diariamente, no interior da indústria. Se morressem, significava que havia vazamento de gás ou de qualquer composto químico. Eram como medidores naturais. Ironicamente, foram treinados e usados em suas características sensíveis como avaliadores técnicos. Essa história sempre me pareceu curiosa, não só pela relação entre produção industrial e natureza, mas porque, até hoje, eles parecem ser um enigma no dia a dia da cidade e um sinal de resistência. ■





CAROCHAS NA ESPLANADA

Roberto Andrés e Marco Antônio Mota

Roberto Andrés é editor de PISEAGRAMA.

Marco Antônio Mota é artista e foi convidado a produzir aquarelas a partir do texto.

Vencedora do concurso para o plano da nova capital, a proposta de Lúcio Costa ficou conhecida como uma *brincadeira*. Com alguns croquis, um texto breve, lírico e cheio de ironias, sem nenhum desenho técnico ou detalhamento, o urbanista teria gasto 25 cruzeiros no material da proposta – e recebido 2 milhões como prêmio. Assim arrebatou o júri e construiu uma cidade, servindo-se de uma economia criativa digna dos grandes heróis brasileiros, herdeiros de Macunaíma.

James Holston, crítico das contradições e fracassos da cidade modernista, reconhece a disposição ao risco e à transformação embutida no projeto da capital. Originária de um gesto de invenção e malandragem, Brasília carregaria consigo um espírito capaz de suscitar a criação, a transformação radical, o salto para um futuro radiante. Seria um campo aberto para experimentações arquitetônicas, urbanas, educacionais, sociais.

Mas o Plano Piloto já nasceu congelado por legislações de Patrimônio que preservam as formas originais e eliminam a abertura para a invenção. Em nota recente, Holston reivindicou a “libertação do espírito de Brasília”, tristemente aprisionado entre regras obtusas de tombamento e especulação imobiliária voraz.

Já na década de 1970, Clarice Lispector descortinou a aura fantasmagórica de Brasília: paisagem da insônia, sem lugar para ratos, onde a alma não faz sombra no chão e cuja maior beleza são suas estátuas invisíveis. Em 2011, PISEAGRAMA 02 desvelou a profunda conexão entre o agrogonócio e a modernidade tardia, dando materialidade à presença espectral da soja no eixo monumental do país. Servindo-se

dessas experiências pioneiras, esse teste vocacional em múltipla escolha declara liberto o espírito da nossa cinquentenária Brasília.

(a) Commodities

Com o país cada vez mais voltado para o superávit da balança comercial, e uma vez que a agroindústria venceu a queda de braço com a ecologia, não há mais espaço para desperdício com esplanadas ermas, áridas e perigosas.

É fato que elas sempre serviram mais à contemplação que ao uso. Criando vazios inabitáveis entre edifícios esculturais, com poucas árvores, um bocado de grama e outro de terra, sempre demandaram uma manutenção custosa, ofereceram poucos benefícios públicos e nenhum retorno financeiro.

Chegou a hora de equilibrar as contas do eixo monumental. Em 50 anos, foram necessários 50.000.000.000 litros de água e mais de 100.000 jardineiros para manter as esplanadas razoavelmente próximas do projeto original (carro, grana e grama bacana). Trata-se de um poço de déficit do Estado Brasileiro, que as gestões eficientes do século 21 trataram de exterminar.

A plantação extensiva de soja manterá o aspecto homogêneo do conjunto, que ganha apenas um pouco de cor, textura e altura. Os tratores serão guardados nos estacionamentos do Ministério da Agricultura, sem prejuízo ao trânsito no centro da cidade. A impossibilidade dos motoristas verem o conjunto arquitetônico, ponto polêmico entre técnicos e especialistas, foi tratada positivamente, já que a promenade arquitetônica motorizada era tão deslumbrante que frequentemente causava acidentes.

Oscar Niemeyer, no auge dos seus 103 anos, apoia o projeto e acredita que ele não fere os princípios norteadores do projeto original: “Estou seguro que meus colegas Lúcio Costa e Juscelino Kubitschek estariam em pleno acordo com o novo paisagismo da Capital, dentro do projeto mais amplo de consolidar o país como colhedor de bananas”.

O governo lançará em breve licitação para a exploração agrícola da esplanada dos ministérios. Os valores serão sigilosos, a fim de evitar que se formem cartéis malignos entre percevejos e deputados da bancada ruralista.

(b) Tênis

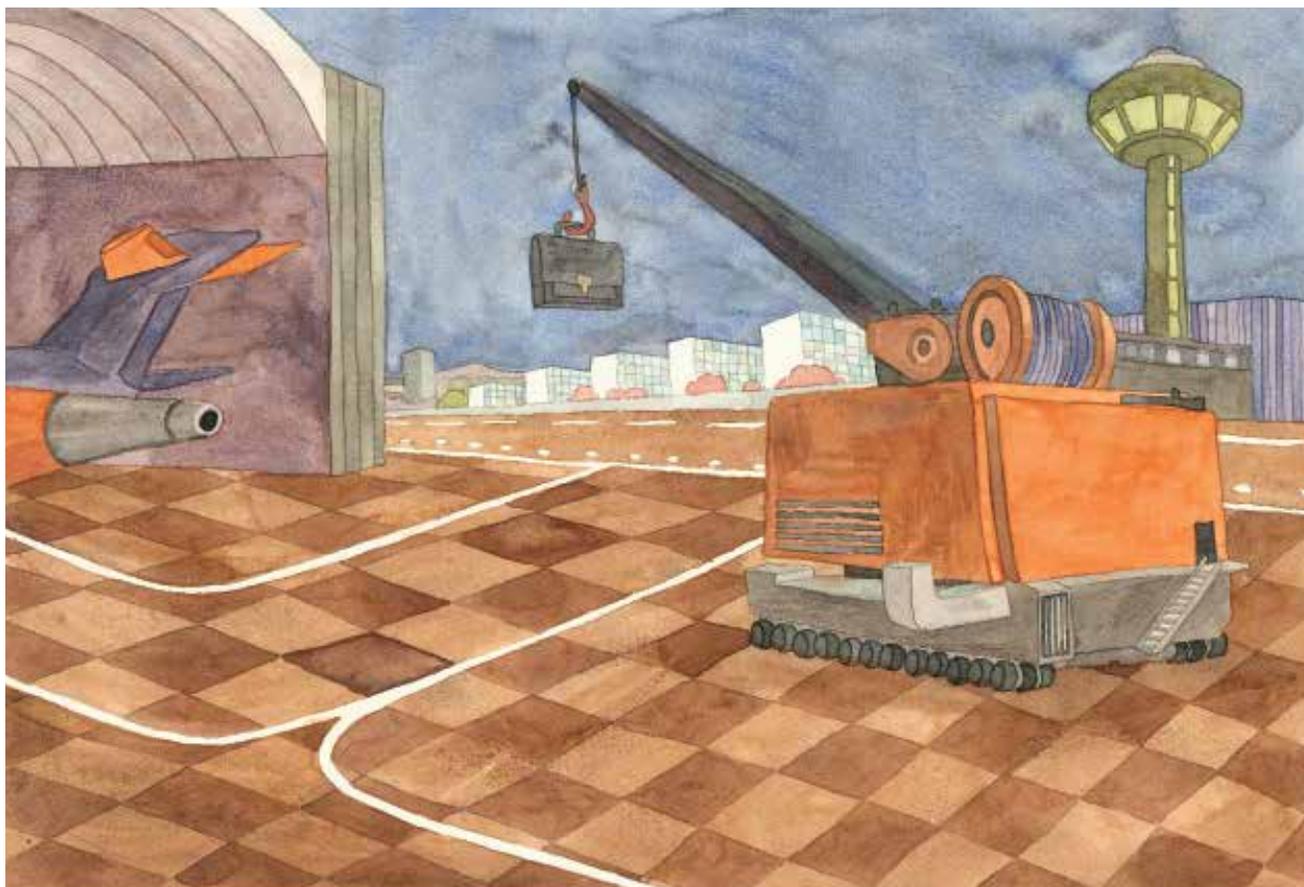
Em uma cidade onde os sem carro debatem-se entre o pouco transporte público e a falta de caminhos factíveis a pé (e criam passagens tortuosas no mato, sob o sol esturricante, e arriscam a vida ao atravessarem as grandes avenidas sem faixas de pedestres), não se pode estar a tratar de calçados.

De fato não. Quando afirmava ser Brasília uma quadra de tênis, Clarice Lispector deveria referir-se (além da terra vermelha) ao mecanicismo da cidade, à sua relação produtivista com tempo e espaço, ao seu relógio preciso e marcado. Aqui, bate-se o *ponto* todo o tempo: no trabalho, em casa, no supermercado, no clube, no cinema.

Pode-se imaginar sua perplexidade, nos idos de 70, em visitar essa cidade recém-construída como um brinquedo funcional, mecanizado e previsível, com todas as atividades perfeitamente organizadas no espaço. Mais que dinheiro, tempo é ponto. A cada ação, um ponto positivo ou negativo e, assim, constrói-se o placar da vida.



→ neste ensaio: aquarelas de Marco Antônio Mota, 2011.



Brasília é um sonho do progresso e do planejamento. Seria a cidade exaustivamente funcional, conhecida pelos comportamentos repetitivos e o cheiro de creme dental. Cinquenta anos depois, não há que se reclamar o fracasso da empreitada, as linhas arquitetônicas que se corroem na decadência do concreto. É que, no Brasil, o calor, o jeitinho, o coronelismo e o pagode acabam por amolecer as rédeas da razão estrita.

Foi assim que, para Brasília cumprir sua vocação produtivista, acatou-se ao pé da letra a sugestão da escritora. A profusão de quadras de tênis em todo e qualquer espaço vazio da cidade cria uma frequência de produção implacável que elimina de vez qualquer possibilidade de respiração fora

dela. Se em Brasília não pode nascer samba, é o quicar das bolinhas que dá a cadência industrial do ritmo de vida.

(c) Aeroporto

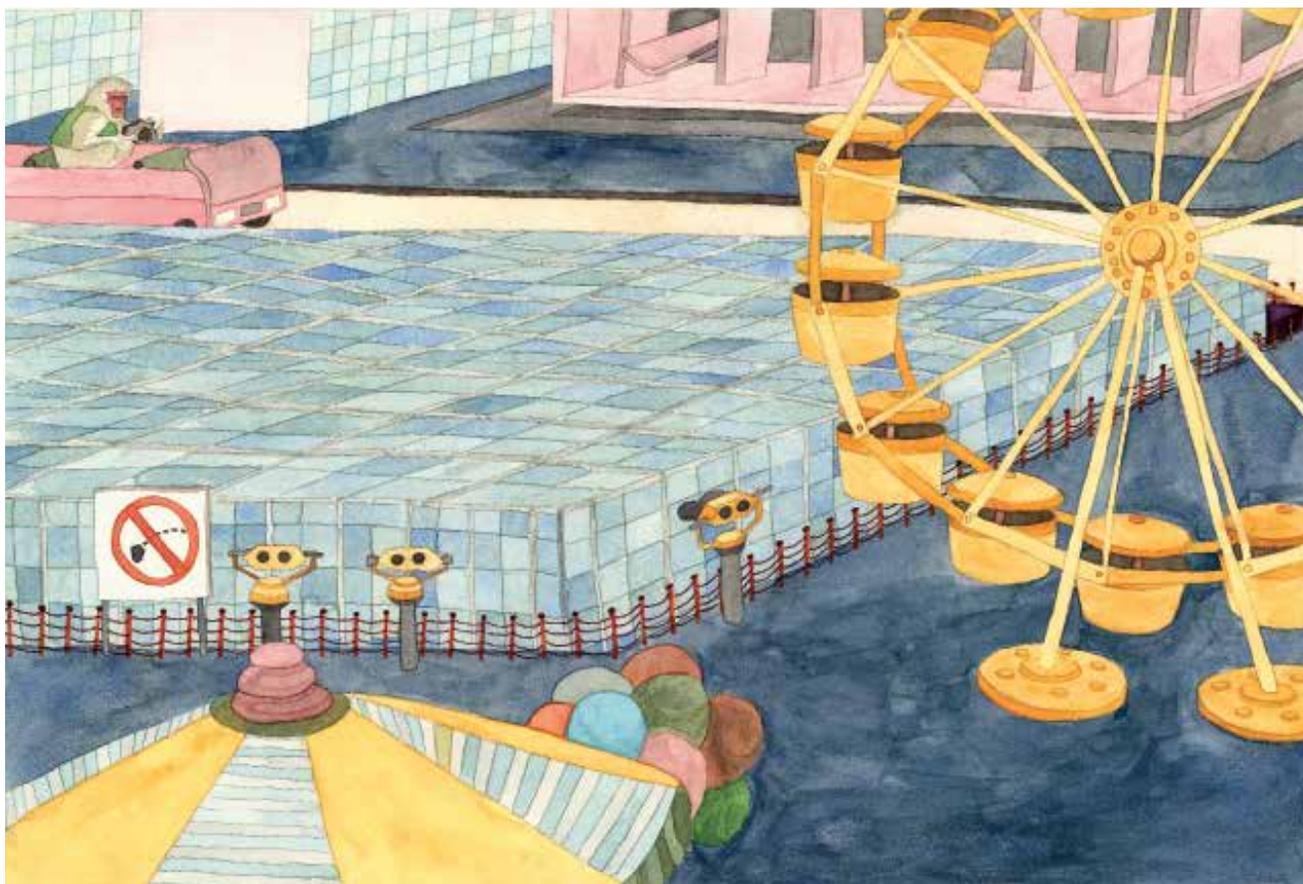
A forma de avião, para ser vista do avião, foi já no início maculada pelas primeiras cidades-satélites. Brasília, do alto, tornou-se um avião com um puxadinho. Eis que o puxadinho ficou maior que o próprio avião, conformando uma espécie de antiavião, uma imagem que, de tão pesada, pode tudo, menos se sustentar no ar.

Mas a vocação para aeroporto, também deflagrada pelos olhos mediúnicos de Clarice Lispector, funcionou de vento em popa. Residindo na cidade de terça a quinta, uma penca de deputados, senado-

res, chefes de gabinete, assessores, jornalistas, prefeitos, candidatos, coronéis, cabos eleitorais, candongueiros e puxa-sacos aterrissam e decolam todo o tempo. Mais que dormitório, a cidade é um grande saguão de aeroporto.

Os vidros, os edifícios brancos, a homogeneidade do conjunto, os vendedores de souvenirs, tudo tão genérico - só falta o *free shop*. Ao andar na cidade, ouvem-se os alto-falantes anunciando fria e cortesmente a partida dos aviões. Os carros, com trajetos repetitivos e afoitos, transportam as bagagens. Os engravatados vão e vêm.

Para facilitar a vida dessa turma passageira, o aeroporto foi instalado na área central, onde não falta espaço. As pistas estão no gramado do eixo monumental e



as companhias aéreas, nos saguões dos ministérios, dos palácios, do Senado e do congresso. Faz-se *check-in* ao lado do gabinete, e a porta da rua já é o portão de embarque.

Com a economia de tempo nas idas e vindas ao aeroporto, o turno no Legislativo passou a se concentrar nas quartas-feiras. A maior vantagem é que os petranheiros não correm nenhum risco de encontrar pessoas comuns, já que não circulam mais pela cidade. Consolidou-se o projeto esconde-político de Brasília: se já era difícil abordá-los nas avenidas, a cem por hora e por trás do vidro fumê, agora eles simplesmente saem da toca direto para o avião.

Da janelinha, na quarta à tarde, pede-se ao último que sair que apague a luz.

(d) Zoológico

51 anos passaram e o vento virou. Brasília sacrificará seus filhos pródigos para redimir-se de sua história antipública. O eixo monumental não tem soja, nem quadras de tênis, nem pistas de pouso, nem grama: ali foram instalados, em cubos de vidro sob o sol escaldante, os gabinetes de ministros, senadores, intrujões, caramujos, araras, marandubas, andrôminas, carochas e até da Presidenta. Às claras, com telhado de vidro, ficam à vista e ao alcance daqueles que pagam seus salários. Desfrutam do calor árido da esplanada, o que sempre foi privilégio de poucos e teimosos passantes, vendedores ambulantes, manifestantes melancólicos, índios ou sem-terra.

As duas metades da laranja viraram equipamentos de lazer. A que abre para cima,

anfiteatro arborizado, a outra, tobogã de 360 graus. O formigueiro onde se escondiam os políticos tornou-se um *shopping* popular (camelódromo) dos mais frequentados. De um lado, os ministérios são habitações populares e, do outro, abrigos para turistas, como casas deromeiros. Por falar em turistas, eles não param de chegar, dado o sucesso colossal do atrativo (responsável pela alta audiência do Big Brother Brasília 23) “ver os políticos trabalhando, ao vivo e a cores”.

Clarice Lispector também sentiu não haver zoológico em Brasília. Perguntava das girafas. Pena ela não ter vivido para ver a cidade tornar-se um grande safári, onde os turistas passeiam em ônibus de dois andares, sem medo de encontrar à solta uma alcateia, ou uma vara, de pemedebistas. ■

O VALOR ECONÔMICO DO TEMPO LIVRE

Ladislau Dowbor

Economista, professor na PUC-SP e consultor das Nações Unidas. É autor de *Democracia Econômica: alternativas da gestão social* (Vozes, 2008), dentre outros.
<http://dowbor.org>

O tempo é o nosso principal recurso não renovável. O seu desperdício, por nós mesmos ou por terceiros, é monumental. Todos sabemos que *time is money*, mas poucos pensam nessa comparação. O tempo é o tempo da nossa vida. Dinheiro perdido pode ser recuperado. Já a vida...

Keynes tinha uma visão muito simpática do amor pelo dinheiro: “O amor do dinheiro como posse – distintamente do amor do dinheiro como meio de obter os prazeres e realidades da vida – será reconhecido pelo que é, uma morbidez um pouco repugnante, uma destas propensões semicriminais, semipatológicas que entregamos com um tremor aos especialistas em doenças mentais”.

Não que desconhecamos o valor econômico do tempo. O empresário calcula rigorosamente os tempos dos seus empregados, porque o tempo dos seus empregados é o seu dinheiro. Kuttner relata a visita que fez a um centro de *telemarketing*, onde as moças têm direito a apenas 2 segundos entre uma chamada e outra: passados os 2 segundos, começam os descontos. O documentário *The Corporation* mostra empresas onde são registrados até centésimos de segundo das operações de costureiras para as grandes marcas. Ninguém marca em segundos o tempo que passamos na fila do banco.

Ao pensarmos o tempo livre como categoria econômica, entramos numa visão moderna da economia, centrada no resultado final, na qualidade de vida. Em termos econômicos, isso significa darmos valor tanto ao tempo, que não é diretamente contratado por um empregador – e que as empresas

consideram gratuito, pois não lhes custa –, como ao tempo dedicado a atividades socialmente úteis, que não entram, contudo, no circuito monetário, como os cuidados com a família, o embelezamento dos nossos jardins, a arborização das nossas calçadas por vizinhos dedicados e assim por diante, uma vez que o prazer da vida tem valor. Dormir bem também tem valor. É o nosso tempo.

Há uma dimensão surrealista na irracionalidade que envolve a má distribuição dos esforços. Uma parte da sociedade está desesperada por excesso de trabalho e outra, por não ter emprego. Um mínimo de bom senso na distribuição de esforços institui um dos objetivos centrais da gestão social. Em termos de regulação da economia do tempo, chega-se à conclusão de que o mercado constitui um mecanismo estruturalmente insuficiente de alocação dos recursos do trabalho, exigindo soluções sistêmicas articuladas. Não há nada de novo nessa constatação. Mas, na visão que aqui sugerimos, ao darmos um valor econômico ao tempo social, o desemprego deixará de ser visto apenas como situação de desespero lamentável, restrita aos pobres diabos que não conseguiram diplomas e “empregabilidade”, para ser visto como um custo para a sociedade: o valor do tempo desperdiçado pode ser muito maior do que o custo de medidas de organização que assegurem um trabalho útil para todos.

Calcular o valor econômico do nosso tempo livre pode ter grandes impactos sobre a forma de organizarmos as decisões econômicas e sobre a priorização dos investimentos, além de resolver o problema da inclusão

no PIB de categorias não monetárias. A forma mais prática de explicitar a metodologia é aplicá-la a um caso concreto, a cidade de São Paulo.

São Paulo tem 11 milhões de habitantes. O PIB da cidade é de 320 bilhões de reais. Dividindo o PIB pela população, temos um PIB anual *per capita* de 29 mil reais, um montante muito elevado. Mas o que nos interessa aqui é que, a partir dessa cifra, podemos calcular o valor da hora *per capita*. Dividindo 29 mil reais por 8.760 horas, que é o número de horas num ano, teremos um valor de 3,30 reais. Em termos gerais, esse seria o valor médio da hora do paulistano.

Fixar um valor básico para o tempo do paulistano nos permite chegar a uma visão mais realista das contas econômicas. Essencialmente, permite que se dê um valor equivalente a um conjunto de atividades que não contabilizamos simplesmente porque não custam dinheiro ou não ocasionam registro de trocas monetárias. O que segue é uma aplicação possível da metodologia para a cidade. Não se trata aqui de substituir o conceito de Produto Interno Bruto, e sim de dar visibilidade econômica ao conjunto de atividades não contabilizadas, pois são atividades que absorvem tempo. Portanto, mediante a equivalência de valor à hora do paulistano, passamos a complementar o PIB.

É notório que o tempo perdido no transporte é um desperdício. Do ponto de vista do PIB, o fato de tantas pessoas serem obrigadas a comprar carros e a utilizá-los

PERCA TEMPO

em permanência – pela fragilidade dos serviços de transporte coletivo – aparece como conta positiva no cálculo do PIB, tanto pela produção de automóveis, como consumo de combustíveis, investimentos, acidentes e hospitalizações e assim por diante. Desde 2003, o Banco Mundial passou a descontar os custos gerados com saúde no cálculo da contribuição da produção automobilística para o PIB. No nosso caso, de forma mais ampla, consideraremos que os 6 milhões de pessoas que constituem a população economicamente ocupada da cidade são penalizadas com a perda de tempo no transporte, já que não descansam, não produzem e nem investem (a não ser os raros que, por exemplo, aproveitam o trânsito parado para estudar idiomas e atividades semelhantes). Uma hora perdida por 6 milhões de ativos são 6 milhões de horas perdidas. Se calcularmos o valor da hora perdida em 3,30 reais, são 19,8 milhões de reais perdidos por hora.

De acordo com as pesquisas do movimento Nossa São Paulo, o paulistano ativo médio perde 2 horas e 40 minutos no trânsito por dia. Isso representa um custo-tempo de 52,8 milhões de reais por dia, o que expressa a dimensão do prejuízo causado à cidade pela ineficácia das suas opções de transporte. Outra forma de considerar esse cálculo está ligada à política de investimentos. Já que em São Paulo, arredondando, 20 milhões de reais por hora de tempo são perdidos no trânsito, isso significa que, se investimentos no metrô e corredores de ônibus economizarem meia hora por dia do nosso

tempo, são 10 milhões de reais ganhos por dia. Como um quilômetro de metrô custa aproximadamente 200 milhões de reais, no cálculo do retorno sobre o investimento devemos levar em conta não só o retorno pelos bilhetes que as pessoas irão pagar, mas também as economias difusas para toda a sociedade. Os 10 milhões economizados por dia cobrem um quilômetro de metrô a cada 20 dias.

Não incluir esse cálculo na avaliação dos investimentos significa fazer um cálculo errado. Do ponto de vista microeconômico é até correto, pois quem faz o investimento visa apenas o dinheiro dos bilhetes – e as economias realizadas pelo conjunto da população não enchem o bolso dos investidores. Mas, do ponto de vista da produtividade sistêmica do território, a racionalidade geral torna-se mais elevada, pois o fato de as pessoas desperdiçarem menos tempo e dinheiro em transporte melhora a situação de todos. Contabilidade incompleta é contabilidade errada.

Outra forma de aproveitar a equivalência de valor do tempo consiste na avaliação do desemprego. Em São Paulo temos uma população ativa da ordem de 6 milhões de pessoas, com um desemprego aberto de 7% (critério IBGE) e um desemprego que inclui o desemprego por desalento da ordem de 14% (critério DIEESE). Este segundo critério é sem dúvida mais realista para uma economia como a nossa. 14% de 6 milhões são 840 mil desempregados. Independentemente dos custos humanos,

podemos avaliar, em horas de trabalho perdidas, os danos para a cidade. Se calcularmos as perdas diárias como representando 8 horas de potencial trabalho não realizado, temos uma perda diária de 6,72 milhões de horas. Multiplicado por R\$3,30, isso representa R\$22,2 milhões desperdiçados por dia.

Do ponto de vista propositivo, quando se toma a iniciativa de criação de serviços de manutenção urbana – como saneamento básico, arborização, promoção de autoconstrução e reforma de habitações, etc. –, pagos com salário mínimo, o custo de 22 milhões por dia se transforma em investimento na qualidade de vida urbana. Já dizia Celso Furtado que, quando a produção de uma pessoa é zero, qualquer atividade é lucro. Na realidade, tomar consciência de que cada hora perdida de atividade representa um custo facilita a compreensão e aceitação das políticas de garantia do emprego. Assim, atribuir um valor equivalente à hora do paulistano permite avaliar melhor como estamos gastando o dinheiro. A organização do processo de garantia do emprego não representa hoje maiores mistérios, política implementada na Índia durante 10 anos no Estado de Maharashtra, com bons resultados, e que hoje está sendo estendida para todo o país.

Nem todos irão querer trabalhar por um salário mínimo. Mas muitos desempregados com boa formação – e são muitos mesmo – podem ser absorvidos na educação e na saúde, apesar dos protestos que essa solução gera hoje, por promover o

inchaço da máquina pública. Na realidade, o desempregado tem seu preço – e tomar consciência de que nos custa mais de 20 milhões de reais por dia poderia levar a cidade a ser mais ativa em termos de promoção de emprego.

Outra forma de aproveitar a equivalência de valor do tempo é a avaliação do trabalho prestado por voluntários. Para muitos, trata-se de atividade pouco importante, “marginal” do ponto de vista econômico. O exemplo da Pastoral da Criança é significativo. A Pastoral trabalha com 350 mil voluntários, e está na origem, nas regiões de atividade, de 50% da redução da mortalidade infantil e de 80% da redução das hospitalizações. Em termos de contabilidade tradicional, essa atividade não é positiva: pelo contrário, ao reduzir o consumo de medicamentos, uso de ambulâncias e dias de hospitalização, reduz o PIB. E a atividade, como não é remunerada, não aparece no PIB como contribuição positiva. Se estimarmos o trabalho das voluntárias da Pastoral dedicado a crianças em 1 hora por dia, a R\$3,30 a hora, podemos avaliar a contribuição da pastoral como equivalente a R\$1.155.000 por dia.

Não temos estimativas do volume de horas de trabalho voluntário na cidade de São Paulo. Mas seguramente é muito significativo, e a sua avaliação através da equivalência hora permitiria ter uma aproximação muito mais realista do valor das atividades na cidade. De toda forma, esse cálculo passará a equilibrar melhor as decisões políticas na cidade, inclusive porque o voluntariado se expande no país, com o crescimento das organizações da sociedade civil que o utilizam intensamente.

Outro potencial importante da equivalência valor-hora encontra-se na sempre difícil avaliação do trabalho não remunerado nas famílias. No exemplo clássico, a pessoa que plantou, colheu e vendeu o pé de alface realizou uma atividade econômica, enquanto a pessoa que foi comprar na feira, transportou, lavou, preparou e serviu esse mesmo alface não contribuiu para economia. Mais ainda, a pessoa que comprou,

lavou, preparou e serviu esse mesmo alface num restaurante contribui sim para economia. A dificuldade de se avaliar uma atividade como essa é amplamente reconhecida. Mas avaliar o tempo de trabalho doméstico realizado nos domicílios é hoje uma tarefa relativamente simples e familiar para os estatísticos que fazem, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Não é complexo fazer um levantamento por amostragem de quanto tempo as mulheres gastam na sua segunda jornada.

A Síntese de Indicadores Sociais 1996-2006, do IBGE, comenta que “com relação à jornada média semanal despendida em afazeres domésticos, verifica-se que as mulheres trabalham mais que o dobro dos homens nessas atividades (24,8 horas).” Se estimarmos – enquanto não se realiza a amostragem correspondente para São Paulo – que vale para a cidade de São Paulo a média brasileira, podemos calcular o valor dessa contribuição. O cálculo é simples: dos 11 milhões de pessoas da cidade, subtraímos 2,7 milhões de pessoas de menos de 15 anos e 1,3 milhões de pessoas de mais de 60 anos, restando 7 milhões de adultos em idade de trabalho. A metade dessa população representa 3,5 milhões de mulheres (na realidade, seria um pouco mais, em razão da presença da população feminina ser maior, mas isso não muda significativamente o cálculo) que despendem 24,8 horas semanais, 3,5 horas por dia, em afazeres domésticos. Com o valor de R\$3,30 por hora, 3,5 milhões de pessoas com trabalho de 3,5 horas por dia, são R\$40,4 milhões de reais por dia. Como na família se come e se lava pratos inclusive aos domingos, multiplicando os R\$40,4 por 365 dias, as mulheres da cidade de São Paulo contribuiriam com R\$14,7 bilhões para a economia da cidade, a se acrescentar aos R\$320 bilhões do PIB calculado pelo SEADE.

Utilizar o valor equivalente da hora do nosso tempo pode ter outras utilizações. Por exemplo, perdemos tempo na fila do banco. Do ponto de vista do banco, a hora do funcionário é paga, a hora do cliente na fila é de graça. Portanto, compensa ter

menos funcionários e mais filas. Na economia isso se chama externalização de custos. Há limites, evidentemente, e por vezes manifestações de indignação de clientes. Mas, se os outros bancos adotam a mesma política, a maioria suspira na fila ou contrata rapazes cuja profissão será ficar na fila. Não é complicado calcular, por agência, multiplicando as pessoas pelo tempo de espera, o valor perdido por todos, tempo em que não se descansa nem se trabalha. E o rapaz fica na fila em vez de estudar ou de se divertir.

Um vetor semelhante de custos pode ser calculado a partir do tempo médio de espera pelo ônibus. Do ponto de vista da empresa transportadora, o ideal é ter um ônibus bem cheio, o que rentabiliza o trajeto. Portanto, é bom demorar um pouco, para que o número de passageiros nos pontos aumente. O tempo médio perdido na espera pelo transporte coletivo pode ser calculado sem muita dificuldade, e multiplicado pelo valor equivalente da hora do paulistano. Ao se calcular a disponibilização de meios coletivos de transporte, a contabilidade correta exige, então, que se leve em consideração os custos sociais completos. Uma vez mais, o custo para o cidadão, em termos de tempo perdido, não sai do bolso da empresa, e o tempo ganho não o enche. A implicação evidente é que não basta a soma do cálculo microeconômico das empresas, é preciso acrescentar a avaliação da produtividade sistêmica para a cidade no seu conjunto.

Seria de grande utilidade avaliar a produtividade dos sistemas públicos ou privados que envolvem as burocracias em geral pelo critério do valor do tempo. Para determinados impostos, calcula-se o custo/benefício dos diferentes impostos. Alguns geram mais trabalho para a administração pública do que os recursos gerados. Mas é preciso incluir também os custos para o cidadão, em termos de tempo perdido. Se multiplicarmos o número de contribuintes e o tempo de preenchimento ou de filas pelo equivalente valor básico da hora do cidadão, teremos o custo social da cobrança calculado de maneira mais correta. Determinados documentos ou procedimentos burocráticos exigem horas de espera. Isso é

um custo. Ao aplicarmos a contabilidade das horas perdidas, poderemos verificar melhor a produtividade de se comprar equipamento mais avançado para reduzir as filas ou simplificar impostos.

Os exemplos podem evidentemente ser multiplicados. Quanto vale o tempo de espera nos serviços de saúde? Quanto vale o tempo perdido pelo cidadão – mas não pela empresa – ao discar dezenas de vezes para um número onde atende uma voz misteriosa que nos informa: “a sua ligação é muito importante para nós”. Importante para o misterioso “nós”, mas evidentemente um custo direto para o bolso do usuário. Quanto custa o serviço que solicitamos, e que será atendido “em horário comercial”, em que temos de ficar em casa esperando? Porque o tempo dos fornecedores não pode ser desperdiçado, o nosso sim. O *telemarketing* calcula os seus custos em termos de funcionários e de tarifas telefônicas. E o tempo perdido por milhões de potenciais clientes? Apenas uma proporção ínfima das chamadas resultará em venda, e, por isso, as chamadas devem ser aos milhões. Alguns minutos de milhões de pessoas representam um custo de tempo perdido – sem falar da irritação – muito significativo. Outras formas de publicidade, em particular o *spam*, representam mundialmente centenas de milhões de horas perdidas apagando bobagens, nas quais

somos distraídos do que estamos fazendo, com perda de produtividade geral. O custo da saúde será mais completo ao incluirmos os dias perdidos de trabalho com doenças. Levar em conta esse custo do tempo tornaria muito mais clara a produtividade de se investir na saúde preventiva.

Particular atenção deverá ser dada aos cálculos que realizamos sobre a redução da jornada de trabalho. Nos cálculos dos opositores, como consideram sem valor a hora fora do trabalho comercialmente remunerado, assegurar as quarenta horas semanais – e, portanto, dois dias plenos de descanso para os trabalhadores – representaria uma queda de produção. Naturalmente, porque não valorizam o tempo passado com a família, o merecido descanso, o lazer. Na realidade, o cálculo que fazem é errado inclusive no plano estritamente microeconômico, pois a redução da jornada, onde foi introduzida, expandiu outras atividades econômicas, mais ligadas a lazer, cultura, esportes e semelhantes. Mas, na metodologia que aqui focamos, aumentar o lazer não reduz a produção, pois passamos a calcular o valor da hora livre como valor também para a população.

Optamos aqui pelo mais simples: o valor do PIB dividido pela população nos dá o PIB *per capita* anual. Ao dividirmos este pelas horas do ano, obtemos o valor *per capita*

da hora. Mas podemos pensar em contas diferentes. Steven Davis, nos Estados Unidos, partiu do valor médio do salário horário, descontados os impostos, e atribuiu esse valor à hora de lazer, algo como 13,2 dólares. Um ganho de 5 horas de lazer por semana significaria 3.300 dólares por trabalhador e por ano. O importante, em termos metodológicos, é a cifra ser claramente compreensível por não especialistas. O *per capita* anual é uma cifra compreensível e assimilada pelo grosso da população. O *per capita* por hora é igualmente transparente. Poderíamos utilizar como divisor apenas a população ativa em vez da população total ou as horas médias de trabalho em vez das horas totais do ano – o que causa problemas porque estamos avaliando as horas totais, incluindo em particular o tempo livre. Isso não mudaria o sentido geral da avaliação, apenas dificultaria a compreensão.

Por outro lado, a metodologia aponta para a importância de realizarmos regularmente pesquisas sobre o uso do tempo na sociedade. No plano internacional, são os estudos do *time budget*, que ainda falta introduzir no Brasil. Trata-se do nosso bem mais precioso, o tempo da nossa vida. Entender como o utilizamos e o custo do seu desperdício é essencial para começarmos a organizar as nossas atividades com qualidade de vida, além de atualizarmos as nossas contas. ■

10 MANEIRAS INCRÍVEIS DE PERDER TEMPO*

1. Acompanhar o caminho das formigas
2. Escutar música
3. Desenhar uma laranja
4. Fazer piquenique
5. Caminhar pela cidade
6. Passar horas com os amigos
7. Observar como a luz muda durante o dia
8. Fazer aviões ou barcos de papel
9. Folhear livros de imagens
10. Tomar sol

*Nota de esclarecimento: Tempo não é dinheiro. Guarde esse panfleto para ler sempre que necessário.

+10 MANEIRAS INCRÍVEIS DE PERDER TEMPO*

1. Ouvir uma história
2. Procurar desenhos em nuvens
3. Fazer listas de coisas improváveis
4. Tomar chuva
5. Reler livros
6. Dormir de tarde
7. Ficar cozinhando durante horas
8. Observar o movimento das folhas nas árvores
9. Escrever cartas e mandar pelo correio
10. Passear por feiras de rua escolhendo frutas

*Informação importante: Perder tempo não é jogar tempo fora. Não jogue esse panfleto em via pública.

CAMPOS

Joachim Schmid

Artista, vive e trabalha em Berlim.
<http://schmid.wordpress.com>



→ neste ensaio: fotografias de campos de futebol no Brasil capturadas no *Google Earth* por Joachim Schmid.





FIFA, REGRA 01: o campo de jogo

O campo de jogo deve ser retangular e marcado com linhas. Essas linhas fazem parte das áreas que demarcam. As duas linhas extremas de marcação mais compridas são chamadas de linhas laterais, as duas mais curtas são chamadas de linhas de meta.

O comprimento da linha lateral será superior ao comprimento da linha de meta.

O campo de jogo será dividido em duas metades por uma linha de meio-campo, que unirá os pontos médios das duas linhas laterais.

O centro do campo será marcado com um ponto na metade da linha de meio-campo, a partir do qual será traçado um círculo com um raio de 9,15 metros.

Metas

As metas serão colocadas no centro de cada linha de meta. Consistirão em dois postes verticais, equidistantes das bandeirinhas de canto e unidos na parte superior por uma barra horizontal (travessão).

Os postes de meta e o travessão serão de madeira, metal ou outro material aprovado. Deverão ter forma quadrada, retangular, redonda ou elíptica e não deverão constituir nenhum perigo para os jogadores. A distância entre os postes de meta será de 7,32 metros e a distância da parte inferior do travessão ao solo será de 2,44 metros.

Os postes de meta e o travessão terão a mesma largura e espessura, de no máximo 12 centímetros. As linhas de meta terão a mesma largura dos postes de meta e do travessão.

Área penal

Serão traçadas duas linhas perpendiculares à linha de meta, a 16,5 metros da parte interior de cada poste de meta. Elas adentrarão 16,5 metros no campo de jogo e serão unidas por uma linha paralela à linha de meta. A área delimitada por estas linhas e a linha de meta será a área penal.

Em cada área penal será marcado um ponto penal, a 11 metros de distância do ponto médio da linha entre os postes de meta e equidistante dos mesmos. Fora de cada área penal será traçado um arco de círculo com um raio de 9,15 metros desde o ponto penal.

Comprimento: entre 90 e 120 metros.

Largura: entre 45 e 90 metros.

Todas as linhas deverão ter a mesma largura, de, no máximo, 12 centímetros. ■

O CAMPINHO

Ettore Bottini

Dizem os especialistas em *marketing*, esses modernos depositários da filosofia ocidental, que o homem comum *vê*, o homem de visão *antevê*. Tal pérola de sabedoria pode muito bem aplicar-se ao garoto que teve a ideia de construir o Campinho. O que durante muitos anos era apenas um terreno baldio, coberto de mato espesso e lixo dos vizinhos, foi em dado momento contemplado com os olhos sonhadores daquele que anteviu todas as suas possibilidades. O sujeito seria merecedor, sem dúvida, do título *Moleque de Visão do Ano*, se alguém lembrasse quem foi. Ao incorporar-me à frente de trabalho, voltando da derradeira prova de matemática, a ideia tornara-se propriedade de quatro ou cinco, e a turma toda estava em polvorosa.

Traçamos um cronograma preliminar, com o término das obras marcado para antes do Natal, e fizemos um levantamento de

infraestrutura nas garagens paternas: velhas ferramentas de jardinagem, pás, enxadas, tesouras de podar, uma picareta pequena e um machado cego. Como mouros, literalmente mourejamos de sol a sol, porque dezembro começava e fazia um calor africano. A capina era intensa, mas a pior parte era levar de bicicleta o lixo produzido até outro terreno baldio distante: colocávamos feixes de mato rasteiro em dois grandes sacos laterais, que atrapalhavam os pedais; os arbustos maiores precisavam ser rebocados, o que exigia um batedor à frente e um atrás, para controlar o trânsito. A decisão inicial de queimar o entulho no próprio terreno fora abandonada após discussões e vetos familiares. Acabamos concordando porque descobrimos que era possível preservar um capinzinho baixo na maior parte das laterais do campo; tivemos de fazer exaustivos movimentos de terra para

nivelar o centro, mas o simulacro de gramado que restara era bonito demais para ser queimado. A proteção das matas ciliares, uma demonstração de consciência ecológica inusitada para a época, estendeu-se até um grande pé de mamona nos fundos do terreno, que lá ficou, atrapalhando os escanteios pela direita. Inconveniente menor compensado pela provisão abundante de munição e pelo prazer de ver explodir as sementes mosqueadas de marrom, no começo do outono.

O trabalho avançou lentamente nas duas primeiras semanas, enquanto ainda não podíamos contar com os caras que ficaram de exame, ou pior, de segunda época. Depois, mesmo com braços a mais, parecia claro que não concluiríamos a obra no prazo, se não fosse por alguns adultos que resolveram nos dar uma mão, incrédulos no começo, mas depois convertidos à causa. É sempre assim:

Artista gráfico e vencedor de um Prêmio Jabuti. Este texto integra seu livro *Mãe da Rua*, lançado em 2007 pela editora Cosac Naify.

as vanguardas devem perseverar pois, mais cedo ou mais tarde, as massas ignaras acabarão entendendo o seu destino. Um desses adultos, pai do Morcego, fez o transporte final de entulho em sua Vemaguete e, na volta, trouxe orgulhosamente caibros de peroba novinhos para as traves. Se ninguém ainda o fez, aqui fica nossa homenagem.

Dois dias antes da véspera de Natal, estava quase tudo pronto. O campo limpo e razoavelmente nivelado tinha topografia parecida a uma mesa de pebolim, um pouco mais elevada junto às laterais e aos cantos. As traves, de precária ortogonalidade, foram caídas de branco e as linhas demarcatórias pintadas com a cal que sobrara, mas faltavam as redes. Fomos cobrar do Léo, que se comprometera a fazê-las dizendo que sabia tecer, e usando isso como pretexto para se escamar do trabalho pesado; ouvimos a desculpa esfarrapada de que o pai o fizera estudar todos os dias para a segunda época e não tivera tempo, mas prometia entregá-las antes do ano novo. Depois de xingá-lo por algum tempo, convocamos uma reunião para decidir o que fazer, como fazem Diretorias em pânico. O Natal era importante, pois todos nós, sem exceção, ganhávamos bolas de capotão, junto com quinquilharia menos desejada. Era uma noite de folia, a chuva de verão caindo lá pelas nove, todo mundo passando na casa de todo mundo para beliscar a ceia e, depois da meia-noite, saíamos para o asfalto morno que ainda cheirava a vapor e estreávamos nossos presentes. As meninas também saíam, com bolas de vôlei e cordas de pular, e a rua virava uma grande praça esportiva durante a madrugada. Naquele ano, planejavamos convidar todos para o Campinho, mas seria

impossível. Não passava pela nossa cabeça a ideia de inaugurar uma obra inacabada, como fazem os políticos, e assim resignamos com a data do ano novo. Na tarde do 31, estávamos inspecionando o gramado, meio macambúzios e pensando em quanto jornal velho e garrafas teríamos de vender para comprar redes de salão, quando o Léo apareceu com uma sacola de feira abarrotada. As redes! Não, a rede, pois ele só fizera uma, de corda de sisal barata, parecendo o trabalho de uma enorme aranha drogada, mas os nós eram firmes, e quando contamos quantos tinham, resolvemos perdoar o Léo. Buscamos martelo e pregos e fixamos o véu da noiva no gol que dava para a rua, já que o outro tinha um muro alto atrás, que separava os fundos de duas casas da rua de cima. Enrolamos por ali até o anoitecer, chutando bolas mansas contra o gol vazio, só pelo gosto de balançar a grinalda, e depois fomos para casa tomar banho e acompanhar a São Silvestre.

No dia seguinte, o jogo inaugural não foi muito memorável, mas serviu para tomarmos contato com o campo, descobrirmos suas particularidades e estabelecermos algumas regras. A primeira era que apoiar-se nos muros ao lado das laterais seria considerado falta de dois toques. Definimos também as distâncias ideais para a barreira e para a cobrança de pênalti, e concordamos, depois de uma cacetada do Tiguêis, ser de bom alvitre comunicar aos adultos que, na falta de alambado na entrada do campo, era arriscado deixar carros estacionados por ali.

Confirmando que obras urbanas transformam as relações sociais, nesse dia anexamos ao grupo mais um elemento: o Guto. Escalávamos os times através de um sofisti-

cado *jan ken po* combinatório, quando um desconhecido mostrou a cara por cima do muro, junto ao pé de mamona, e perguntou se podia jogar. E, a partir da entrada dele na turma, as bolas que caíam na sua casa eram alegremente jogadas de volta pela empregada, depois de alguns berros nossos. A casa ao lado, porém, era habitada por uma gorda xarope (segundo descrição do Guto, porque nunca a vimos). Ao perceber o muro defendido por cacos de vidro na primeira bola que lá caiu, sentimos que a guerra era iminente. Fizemos escadinha, um dos nossos subiu com um tijolo na mão, quebrou os vidros e pulou, caindo numa pequena área de serviço ladrilhada. A volta era mais fácil, pois a altura do outro lado era menor, mas a partir daí começou uma luta surda que se estendeu durante meses, as defesas sendo irritantemente refeitas à medida que as destruíamos. Até que, num belo dia, a gorda desistiu dos cacos e colocou – pasmem – um enorme e vermelho caranguejo na área. Foi a primeira e única vez que vi alguém usar um caranguejo como animal de guarda, mas funcionou: aquele bicho sinistro e silencioso nos assustava mais do que qualquer cachorro. Melhor assim, porque, com o tempo, perdemos o respeito por ele, mas a mulher se sentia protegida e não voltou aos vidros.

E esta é a história do Campinho; resta dizer que o piso já estava completamente careca no final das férias, e já admitia a prática de várias outras modalidades, como finca e bola de gude, mas o futebol continuou soberano, atraindo garotos de toda a redondeza para os desafios de fim de semana. Às vezes até um otimista vendedor de refresco aparecia, com a caixa de isopor a tiracolo. ■

UMA ESCOLA SEM MUROS

Aleluia Heringer Lisboa Teixeira

Doutora em Educação e autora da tese *Uma escola sem muros* (UFMG, 2011), de onde foram extraídas as seguintes entrevistas.



No domingo 18 de março de 1956 foi inaugurado o Colégio Estadual de Minas Gerais. Projeto de Oscar Niemeyer anterior à construção de Brasília e posterior à Pampulha, o Colégio se destacava pelas formas inovadoras e pela ausência de muros. Essa ausência possibilitava a integração da escola com a cidade e o trânsito livre dos alunos, e marcou a memória daqueles que passaram ali parte de suas vidas.

João Bosco

Preparei-me para o exame de admissão em casa, mas tive aulas particulares. Aprovado, entrei para o colégio em 1957, com onze anos, e saí em 1964, em consequência do golpe militar. Entrar para o Estadual era difícil. O exame de admissão era muito concorrido.

Não existia controle de entrada e saída de alunos. Éramos livres. Havia o barzinho do seu Álvaro, na Rua São Paulo, onde a gente ia fumar. Muitos alunos fumavam. Para se chegar lá era preciso pular uma muretinha. Não

havia grade, era só um pulinho até o nível da calçada. A meninada comprava cigarro picado. Mesmo os pequenos, de treze, quatorze anos, fumavam. Era curiosa essa liberdade de entrar e sair a qualquer hora, porque a gente saía, mas a maioria gostava de permanecer no Colégio. Lembro-me que explodíamos bombinha, aquela que cheirava enxofre, no banheiro dos meninos e das meninas também.

Veza por outra, as pilastras do Niemeyer apareciam com algum rabisco pornográfico. Atrás do mata-borrão havia uma escultura, um dorso nu do Ceschiatti, toda depredada. O pessoal escrevia as maiores obscenidades na mulher.

O giz era a caixa d'água; o prédio principal, a régua; a cantina, a borracha; o mata-borrão, o auditório. Para se chegar à Praça de Esportes também era preciso pular uma muretinha, como a do bar do seu Álvaro.

Não me lembro de muita atividade esportiva nos primeiros anos no novo prédio,

a não ser o futebol de campo, que era jogado num capinzal, e o futebol de salão. Fizemos uma excursão a Brasília, onde fomos disputar um torneio com uma escola-parque do Plano Piloto. Brasília não tinha sido inaugurada, foi uma maravilha chegar naquele lugar.

Havia uns cavalos que sempre ficavam pastando num matagal, dentro do Colégio. Um dia o Wykrota pegou um desses cavalos, montou-o em pelo e subiu a rampa com ele, até o topo, em pleno intervalo de aulas, com o pessoal todo fora das salas. Todo mundo bateu palma, ele virou herói! O episódio ficou famoso, virou “o dia em que o Wykrota subiu a rampa do Niemeyer montado num cavalo”.

Eliane

Passamos anos naquele colégio ainda por acabar. Entre o prédio das salas de aula e a cantina havia um chão de terra. Não tinha gramado, só um caminhozinho de cimento e o resto era terra. A própria cantina ficou muito tempo sem funcionar. Não



havia muro, qualquer um entrava e saía na hora que quisesse do colégio.

A maioria das alunas comprava o uniforme pronto numa loja chamada Casa Colegial – menos quem podia mandar fazer. Então, a saia, que originalmente era uma saia godê, com o macho na frente e outro atrás, virava uma saia justinha. O cumprimento variava muito também. Estávamos em plena década de 60, quando a minissaia estava estourando. Havia muito tititi, muita paquera nos cantos do Colégio. A gente matava aula para falar das novidades, algum namoro, alguma festa, conversas que rendiam mais do que o recreio permitia contar.

Eu ia a pé. Uma amiga passava lá em casa e a gente ia para o Colégio a pé. A única presença de família de que me lembro no ambiente era a do motorista que levava a Ana Lúcia Magalhães Pinto, filha do governador. No geral, cada aluno chegava sozinho.

Conseguir um lugarzinho para se encostar na rampa era um privilégio. Quando uma menina subia a rampa, sempre tinha uns meninos lá embaixo tentando olhar debaixo da saia. E havia os famosos avisos na rampa. Quando dava o sinal o inspetor juntava todo mundo na rampa e não deixava a gente ir para as salas. Eu escuto até hoje o grito dele dizendo “Atenção”. Não me lembro que tipo de aviso era, mas era preciso prestar atenção.

Fernando

O Estadual era a melhor instituição do Estado. Não era o melhor Colégio, mas a melhor instituição. Significa dizer que um professor de biologia queria ser professor do Estadual, e não da Universidade Federal. Ser professor de qualquer área do Estadual era o bacana. Porque pagava bem, mais que a UFMG, e era um Colégio extremamente diferenciado em termos de conteúdo.

Com a inauguração do novo prédio e o apelo do modernismo, mudou-se também o uniforme. O uniforme modernista consistia de uma calça cinza, uma blusa branca de manga cumprida com um triângulo e um paletó cinza sem gola, também com a logo do Estadual. E a gente foi para um lugar criado pelo Niemeyer, com toda aquela mística. A passagem foi um passo para o futuro, para a modernidade. Tinha todo um folclore em volta da rampa, gente que ficava ali o dia todo.

A arquitetura do Niemeyer não tinha muito conforto, as salas eram pequenas, a ventilação não era boa, mas aquilo não importava muito. O que importava era o contexto e a liberdade. Eu saí de um grupo escolar adepto do controle e me deparei com um sistema de liberdade consentida. Não tinha como culpar o sistema. O nosso sucesso ou fracasso dependiam só de nós mesmos.

Todos tomávamos bomba. Até as pessoas estudiosas, que depois fizeram carreira universitária, tomaram bomba. Eu sou um. Nunca passei de ano direto. Eu era um dos piores. Aí passei em sexto lugar no vestibular de sociologia, sem estudar nada.

Hoje eu vejo os colégios dos meus filhos e penso como são idiotas. É impressionante que aquele modelo tenha sido perdido. No Estadual pouco me importava com o que o diretor ou o professor estavam fazendo, existia tanta coisa para fazer, o mundo era tão rico de desafios que eu não sentia o peso das autoridades. Meus pais nunca foram conversar no Colégio embora eu fosse péssimo aluno e sempre tomasse bomba. Hoje, a escola telefona por qualquer coisinha.

Letícia

Comecei a lecionar no Colégio Estadual em 1959. Era um colégio de excelência, em que estudavam a classe média e média alta da cidade, mas havia pobres também. Lembro que na mesma sala estudavam a filha da patroa e a da empregada. A filha da empregada, negra, era melhor aluna que a da patroa. Deu confusão e ela teve que mudar de turma.

A seleção era rigorosa. Às vezes chegava bilhete de deputado pedindo vaga. O diretor até dava vagas remanescentes,

mas avisava que o aluno não conseguiria dar conta. E, no fim, não conseguia mesmo.

Quando havia algum problema sério, o diretor dava o que os meninos chamavam de “rampada”. Do alto da rampa modernista ele reunia a meninada toda, depois do recreio, e dava o xingo. Certa vez foi porque um aluno subiu na caixa d’água, em forma de giz, e jogou guaraná lá dentro.

Era muito comum a gente ser atrapalhado, nas aulas, por turistas que iam visitar o prédio de Oscar Niemeyer. Tinha uma estátua do Ceschiatti com a qual os meninos pintavam e bordavam.

Não havia uma ideia de biblioteca como a gente entende hoje. Talvez porque houvesse também a biblioteca pública na Praça da Liberdade e a cidade fosse segura. Os alunos, quando não tinham o livro em casa, podiam ir até a Praça consultar a biblioteca.

Após o golpe de 64, vários professores tiveram problemas, inclusive eu. Na aula de educação física era obrigatório hastear a bandeira e cantar o hino nacional. Eu estava dando aula para uma turma logo ao lado e, na hora que começou o hino nacional, não parei a aula. Então, fui denunciada por continuar dando aula, sentada na mesa, fumando, em sinal de desrespeito à bandeira.

Os professores fumavam muito. Havia professores folclóricos, como um professor de inglês, da noite, que dava aula com o revólver em cima da mesa. Chegava, punha a arma em cima da mesa e soltava um *good evening*.

O Colégio sempre viveu na maior penúria. Eu nunca entendi porque esse Colégio, apesar da excelência e do projeto do Oscar Niemeyer, não tinha dinheiro para quase nada. Os gastos eram mínimos. É curioso porque, na época, não havia merenda escolar e o material didático era muito simples. O dinheiro que faltava era para água, luz, telefone, giz, material de limpeza, papel higiênico.

Logo depois do golpe, estabeleceram Moral e Cívica como disciplina obrigatória. Resolveram também que haveria aulas de religião no colégio, conforme as opções

dos alunos. Aí um grupo de alunos pegou um dicionário de religiões e dividiram-se todos entre religiões e seitas das mais variadas. No fim das contas houve mais de 20 religiões cadastradas, e o governo desistiu.

Diva

Minha mãe deixou meus irmãos em Bocaiuva e me trouxe para Belo Horizonte, com a meta de que eu estudasse. Entrei no Estadual Central em 1959, com 11 anos, a única filha de empregada doméstica da classe.

Além de mim, havia colegas que moravam nas favelas, mas a maioria era da classe média alta. Tive colegas filhas de deputado estadual, de desembargadores, de comerciantes prósperos. Sempre me perguntei por que pais e mães de alto poder aquisitivo colocavam os filhos na escola pública.

Eu era portadora de vários estigmas. O estigma racial, o de classe social, que piorava com a profissão da minha mãe, na base da base da escala social. Às vezes, eu ia varrer o passeio e ficava de olho se passaria alguém do Colégio, com vergonha que me vissem.

Não sinto ter sido discriminada racialmente no Estadual, mas pondero com uma frase de um escritor americano, que dizia que os negros tinham que fazer duas vezes mais que os brancos para terem metade do reconhecimento. E eu estudava muito, tirava boas notas, ensinava Português e Francês para minhas amigas. Sempre na casa delas, porque na minha eu não tinha essa liberdade.

Ser boa aluna era uma condição de reconhecimento e aceitação. Na minha cabeça, ponderava: “sou preta, mas sou a melhor aluna”. Na Aliança Francesa eu era a única negra. No Estadual, havia mais dois meninos negros, o Tonelada e o Meio Quilo. Eram dois amigos, um muito forte e alto e o outro pequenininho.

Nunca fui às festas juninas, com medo de não ter par, sobrar na pista. Eu não interagía com os meninos, percebia que as meninas eram menos preconceituosas e fiz várias amigas. As meninas eram autônomas. Usavam calça comprida, fumavam,

faziam tudo que os meninos faziam. A gente usava o espaço público, as praças, a rua, não ficávamos confinadas no Colégio o tempo todo.

Roberto

O que mais marcou meu tempo no Estadual foi a liberdade que a gente tinha para circular, dentro e fora. Matávamos aula para ficar lá dentro, fazendo chacinha. Depois que a aula acabava, costumávamos continuar por ali. Alunos da manhã passavam também a tarde no Colégio, era uma espécie de turno integral voluntário.

Pouco antes do golpe de 64, tínhamos uma meta de cadastrar 100 alunos do Estadual no Partidão. O golpe veio e atrapalhou a meta, mas aquela era uma boa base do partido. O engraçado era que a gente ficava brigando com a Igreja Católica, com a JEC, enquanto os milicos tomavam o país. Nossas atividades políticas contavam com a simpatia de alguns professores e com o clima de liberdade do Estadual.

Éramos donos do nosso tempo, ninguém nos mandava fazer isso ou aquilo, não havia repressão sexual. Claro que não transávamos no Colégio, mas mãos dadas e beijinhos aconteciam. Achávamos que éramos uma elite intelectual. Lá a gente tinha Cine Clube, assistia Cinema Novo Francês e lia *Cahiers du Cinema*. Ser politizado também era *chic*, então havia um certo desprezo por quem não queria nem saber.

Uma vez resolvemos ocupar o Colégio. Os alunos da UFMG estavam ocupando as faculdades, de Direito, Medicina e tal, então fomos também ocupar o Estadual, declarar território livre. Um colega subiu na caixa d’água para avistar a polícia, como se fosse o mastro de um navio. Sob sua vigilância, fechamos a rua e cobramos pedágio dos ônibus e carros que passavam. De repente, chegou um ônibus cheio de policiais, que haviam entrado no quarteirão de baixo. Eles deram o maior cacete em todos, e assim acabou a ocupação. ■

As entrevistas foram editadas livremente por PISEAGRAMA, que buscou não alterar o sentido original.

RECREIO NA SALA

Fernanda Regaldo

Editora de PISEAGRAMA.

Pesquisa realizada em 141 municípios brasileiros e divulgada pelo Movimento Todos pela Educação aponta que a metade dos entrevistados tem a sensação de que a falta de segurança nas escolas é o principal problema do sistema educacional do país. A baixa qualidade do ensino ocupa a terceira posição.

A MÃE deixa de lado, ainda sobre a tábua, os ingredientes do cozido e liga, na sala, o computador. Recreio, comenta de si para si, ajustando o relógio. Na tela, acompanha o intervalo escolar do filho.

A instalação de câmeras de segurança com sistemas de monitoramento *online* em tempo real é a faceta mais sofisticada de um fenômeno que vem se tornando comum em escolas de todo o Brasil. Se hoje menos de 20% das escolas da rede pública possuem câmeras instaladas (ante 72% no caso dos colégios particulares), esse número está em plena ascensão. Propostas e projetos de leis pululam e circulam por câmaras de vereadores e assembleias legislativas de todos os estados brasileiros (excessão feita, que se saiba, e por hora, a Pará, Roraima e Ceará) e são normalmente aprovados por unanimidade. Pesquisas revelam que a grande maioria dos pais aprova a medida.

Gerentes de *marketing* e consultores de estratégia comercial de empresas de segurança traçam planos de negócios ambiciosos para coibir as armas, as drogas, o cigarro, a bebida, os pequenos furtos, a bagunça, o puxão de cabelo e, quem sabe, até o empurrão nas escolas do país. Folhetos publicitários chegam a mencio-

nar, como motivo de orgulho, um certo “efeito Big Brother”.

As câmeras são cada vez mais versáteis: as mais recentes, anunciam os fabricantes, filmam no escuro. Tendência em condomínios, lojas de departamento, presídios, manicômios e, como aponta a revista mais vendida no país, nas escolas norte-americanas, sistemas complementares também são ofertados – em formato pacote ou *kit*, a preços acessíveis e parceláveis. Cartões magnéticos, catracas, controle de impressão digital e detectores de metal povoam os sonhos de diretores atualizados no quesito portaria. Consultorias de análise e gestão de risco e bancos de dados eletrônicos de alunos problemáticos no quesito administração. E botões de pânico no quesito pânico, mesmo. (Vila Velha saiu na frente nesse sentido, com botões espalhados em 50 escolas municipais. Já Conchal, município com pouco mais de 25 mil habitantes, pode vangloriar-se de um sistema futurista de reconhecimento de alunos por leitura facial).

A classe política jubila-se e faz carreira com essa nova linha de mercado. O tema da segurança adentrou as escolas e hoje oferece eficientes formas de engajamento. Vereadores e deputados, que provavelmente escolhem as escolas privadas dos filhos pelo diferencial da segurança (fator que motiva 87% dos pais paulistas), acreditam firmemente que é necessário reaver o aprendizado para recuperar o país. Pelo menos é o que proclamam em seus panfletos, *outdoors*, *blogs*, *sites* e carros de som.

Novos projeto de lei incluem a implantação de detectores de metais e do teste antidrogas para alunos das escolas municipais. Alguns os consideram invasivos e ostensivos (as câmeras, afinal, ficam mais escondidas) e desaprovam – apesar de muitas escolas norte-americanas terem implantado, insiste o jornal das oito. Em sua morosa tramitação, projetos municipais e estaduais concorrem com iniciativas de maior alcance (e visibilidade), como a do deputado federal goiano que propõe a obrigatoriedade do detector de metais em qualquer escola, pública ou privada, de todo o país. O deputado garante, em seu *blog*, ter conversado pessoalmente com José Sarney para que o projeto seja votado com urgência no Senado, uma vez aprovado na Câmara. Com menos poder de barganha, legisladores menores sugerem a diretores e pais que, entre trâmites, se aumentem os muros.

Diretores e diretoras, por sua vez, não poupam detalhes cabeludos ao contar, a quem possa interessar, os casos de vandalismo, rixas, *bullying*, desacato, puxões de cabelo e dentes quebrados presenciados por funcionários de suas escolas, citando em seguida uma meia dúzia de especialistas em criminologia. A maioria diz estar satisfeita com a instalação dos sistemas de segurança, apesar de raramente serem apresentados números concretos sobre os efeitos das medidas que vêm sendo implantadas. (Quando algum xereta insiste em pedir números, os diretores afirmam que as medidas têm a aprovação de 90% dos pais, e que hoje recebem menos cartas e telefonemas).

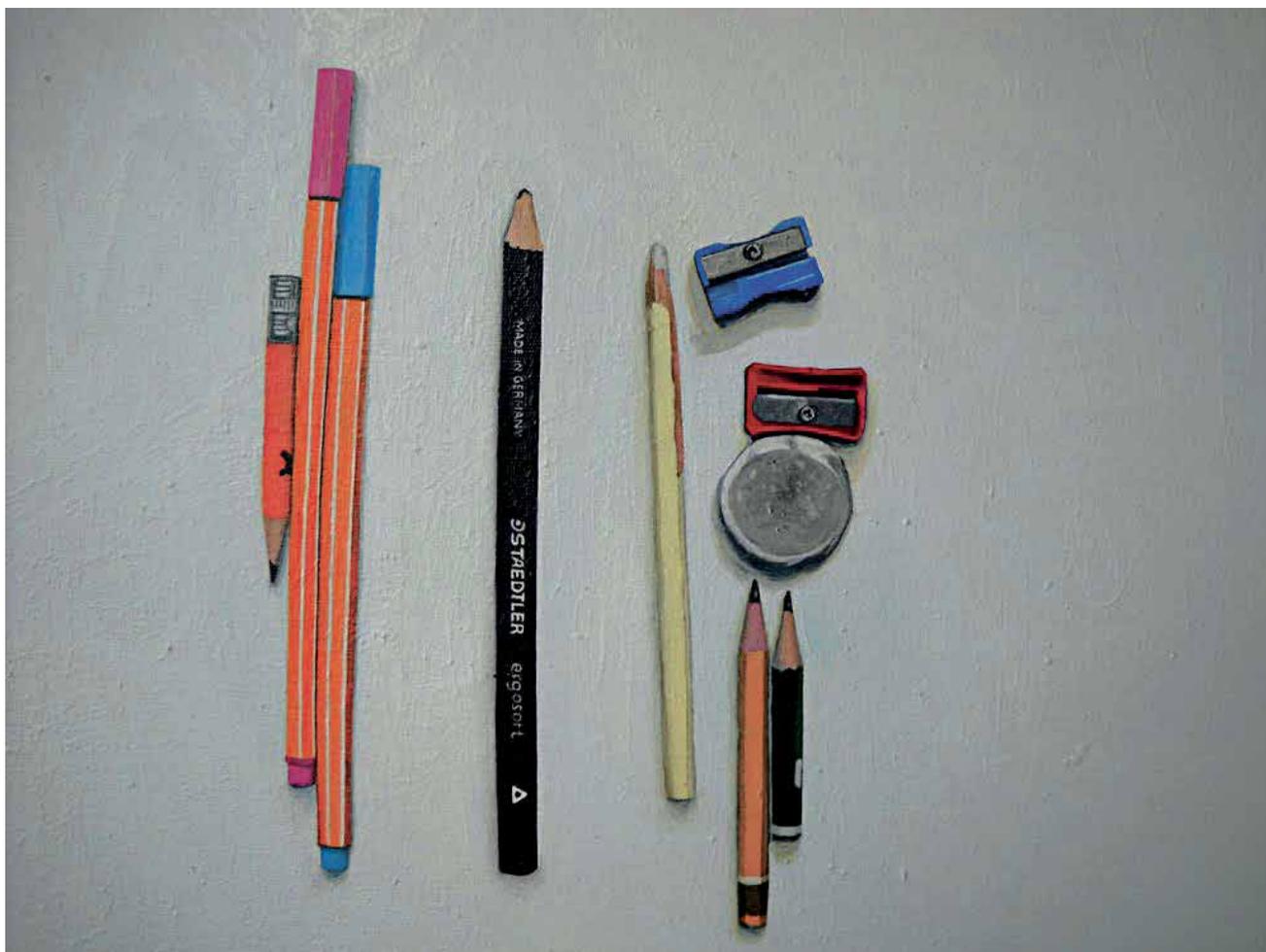


As crianças da escola passaram a ser acompanhadas por especialistas, professores, pedagogos, palhaços, serventes, estagiários e alunos mais velhos durante o intervalo entre as aulas. A correria foi substituída por atividades lúdico-funcionais-edificantes (de tipo I, II, III, IV, V e, em ocasiões comemorativas, VI e VII) em sala de aula, e a MÃE contenta-se, na tela, com a diversão chocha de um *reality show* em que nada de novo acontece – fora beliscões ou petelecos sorrateiros.

O recreio em sala de aula começa a virar tendência como medida de segurança (máxima), e já acontece há alguns anos em escolas no Paraná e Rio Grande do Sul, que, sem muros, acham por bem proteger os alunos de ameaças externas e de si mesmos. Em algumas delas é feito revezamento para as idas ao banheiro, no intuito de evitar conflitos, trocas de provocações e abordagens por parte de estranhos. Diretores e diretoras das escolas sem recreio apresentam sem titubear o argumento da aprovação dos pais.

Medida mais comum e, segundo seus adeptos, mais efetiva, no controle de barulho, dentes quebrados ou ameaças de morte é o Recreio Monitorado, em que as crianças não são necessariamente trancafiadas em sala, mas o espaço das atividades, assim como o tempo, é minuciosamente delimitado e controlado.

O modelo, nascido nas escolas particulares e também conhecido como Recreio Dirigido, *Kit* Entretenimento para Recreio, Recreio Mediado, Recreio Lúdico, Recreio Organizado, Recreio



Pedagógico, Projeto Recreio, garante mais que a segurança das crianças.

Pedagogos e educadores, tendo observado que o intervalo vinha sendo ocupado com atividades repetitivas e ensurdecedoras (correrias, gritarias, pulos, brincadeiras de luta e jogos de futebol com latinhas ou quaisquer outros objetos perigosos), empreendem uma verdadeira cruzada contra a improdutividade. Asseveram que as atividades monitoradas evitam o uso inadequado do tempo livre pelas crianças e potencializam o recreio para a formação do indivíduo, suprimindo comportamentos indesejados e engendrando bons hábitos.

Além de realizarem tarefas práticas, as crianças aprendem um brincar ingênuo, passivo e sossegado, em que brigar, correr e tirar meleca são considerados

negativos e contraprodutivos. Esse apaziguamento estruturante da *psiqué* infantil tem, segundo pedagogos, surtido efeitos extraordinários também sobre o *bullying* (sobretudo se aliado às câmeras, insistem as empresas de segurança). Essa afronta estrangeira a nossa ordem moral e semântica, segundo pesquisas recentes, acontece com maior frequência na hora do recreio – é no meio da correria dos pátios que o *bully* ataca.

Espécie recente, o *bully* tem um indefinível quê a mais que os bons e velhos valentões, malvados, sacanas, perversos, bravatões e psicóticos. Vem conquistando as páginas da revista semanal mais vendida no país, as telas do jornal das oito, os murais informativos das escolas. No *You Tube*, enxurradas de depoimentos de vítimas misturam-se a imagens do pro-

grama da Hebe, e a agressividade entre alunos em meio escolar se transforma, de forma espetacular, em problema social.

A Comissão de Educação do Senado aprovou recentemente o projeto de lei que inclui o combate ao *bullying* na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A nova regra vai obrigar qualquer estabelecimento de ensino, público ou privado, a adotar estratégias de prevenção e combate a práticas de intimidação e agressão entre estudantes. As estratégias não são explicitadas, e em escolas por aí, no desespero, vão surgindo cartilhas, peças teatrais e até mesmo placas: Não pratique *bullying*. No Rio de Janeiro, sancionou-se uma lei um pouco mais precisa, que obriga diretores de escolas públicas e particulares de todo o Estado a notificar o Conselho Tutelar e a polícia.

A MÃE se ajeita na cadeira e aciona o zoom. A menina de óculos (que ela viu ontem discretamente esbofeteadada pelo *bully* num canto da tela) está de novo vendendo brigadeiros durante a atividade de tipo IV – pintura sobre cerâmica. A MÃE não deixa de anotar.

Se antes qualquer um podia entrar na escola, a regra inversa também valia. Não era difícil sair ou, pelo menos, trepar nas grades. Compravam-se copiosas rações de pirulitos, chicletes e chocolate na mão do baleiro. Ele, o baleiro, já teve dias mais gloriosos. Houve o tempo, inclusive, em que era o maior terror dos pais neuróticos, quando a bala de morango escondia, em seu róseo candor, substâncias entorpecentes de efeitos terríveis. Mas, agora, os próprios colegas são a fonte mais ou menos secreta de drogas (e pais e diretores, por trás das câmeras de última geração, se esforçam para pegar o baixinho da 5ª série D com pacotinhos suspeitos ou cigarrinhos incriminantes).

Segundo dados do IBGE, cerca de um terço dos jovens brasileiros encontram-se acima do peso, e a maioria das escolas do país adere à disciplinarização gastronômica de seus alunos. Os pais dos mais rechonchudos estão contentes. Sabiam que os filhos compravam lanches escondidos e que, com a proibição (aliada às câmeras, insistem as empresas de segurança), não terão escapatória. Espera-se que a dieta faça bem para sua autoestima. De acordo com pesquisas realizadas nos Estados Unidos, onde os gorduchos pipocam por toda parte, a chance de uma criança obesa ser intimidada por *bullies* é 63% maior do que a chance de um aluno de peso *saudável* sofrer a mesma intimidação.

Com a implantação progressiva de diretrizes estaduais e municipais – e um megaprojeto de lei nacional em périplo – para a venda de alimentos saudáveis nas escolas, baleiros talvez tenham chegado a imaginar um *boom* nos negócios. Mas aos recreios em sala de aula e aos muros cada vez mais altos somam-se mais leis que pretendem isolar as crianças em

mundos ainda mais seguros e desprovidos de diversão. Hoje, vendedores ambulantes não podem vender seus quitutes a menos de 100 ou 200 metros das escolas em cidades como Brasília, Manaus e, ironia do destino, Sorriso.

O problema das drogas, que parece ser o mais grave, é provavelmente tão discutido em instituições de educação e plenárias de câmaras quanto o da alimentação, mas infelizmente não se presta a soluções imediatas. Em última instância, volta-se a uma demanda por blindagem frente à percepção de que o perigo vem de fora. Onde faltam muros, pais, diretores, vereadores e outros heróis-espiões se viram como podem para impedir o contato das crianças com estranhos. Em escolas de Porto Alegre, adultos chegam a se revezar no patrulhamento voluntário.

A sensação de que a maior parte do perigo vem de fora consolida políticas, públicas e privadas, de trancamento e vigilância. Numa manobra contracivilizatória tipicamente brasileira, privatiza-se a segurança a partir do princípio de que o perigo “lá fora” é iminente. Nessa perspectiva, a sociedade centraliza o problema, não a solução. Pesquisas realizadas na UNB e na USP, contudo, indicam que o foco do maior número de problemas coincide exatamente com a presença de medidas de segurança ostensiva, o que significa, na opinião dos pesquisadores, que o investimento em recursos de segurança interna não resulta numa escola mais segura. O trancamento de escolas e alunos, pelo contrário, deixaria a instituição ainda mais acuada, com professores amedrontados e gestores intimidados.

As mesmas pesquisas apontam para uma relação positiva entre a participação da comunidade na vida da instituição escolar e maior segurança. Trata-se, sobretudo, de conceber a própria escola enquanto comunidade escolar – que inclui alunos e suas famílias, professores, funcionários, dirigentes e, finalmente, a vizinhança. O Programa Paz nas Escolas recomenda também estimular a formação de agremiações, jornais e espaços

onde a comunidade escolar encontre um local de vivências e debate coletivo.

A grande maioria dos professores (cuja desmotivação na rede pública aparece como um dos problemas mais graves do sistema educacional do país), no entanto, parece sentir-se impotente e afirma preferir que problemas de violência sejam tratados como caso de polícia.

As escolas públicas contam normalmente com a visita esporádica de guardas municipais e policiais militares de Batalhões e Patrulhas Escolares, que quase sempre trabalham com sistemas de revezamento para conseguir atender à demanda. O procedimento dos policiais inclui, embora de forma não sistemática, a “vistoria” (também conhecida como revista) dos alunos em busca de substâncias e objetos proibidos. Recentemente, em Londrina, um batalhão com mais de 200 homens da polícia militar invadiu uma escola estadual à procura de sabe-se lá o quê. Em Goiânia, alunos foram forçados por policiais a ficarem nus durante uma vistoria. Abusos como esse são, com frequência, tidos como normais por diretores e, até mesmo, pelos pais.

Além de revistar, policiais também contribuem com a investigação de pessoas suspeitas nos entornos, resolvem as chamadas “vias de fato” (também conhecidas como brigas) e averiguam alarmes de bombas – normalmente falsos, já que as bombas que realmente explodem, em geral nos banheiros, não costumam ser anunciadas.

Terminado o recreio, a MÃE deixa a sala e volta à cozinha. O menino continua ali, na tela, em sala, onde a professora retoma a aula de português. ■

ARQUITETURA DO LUGAR

Alexandre Delijaicov

Arquiteto do EDIF - Departamento de Edificações da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo e professor da FAU-USP.

Para começo de conversa, o argumento do CEU está ligado a uma arquitetura que chamamos de arquitetura da cidade. Melhor dizendo, a arquitetura dos espaços de propriedade pública da cidade. Não só os espaços de uso público e coletivo (que podem ser de propriedade privada e de uso coletivo), mas os empreendimentos públicos.

Podemos definir três frentes: na primeira frente, estão os sistemas de redes integradas de infraestruturas urbanas e infraestruturas territoriais. Na segunda frente, os sistemas de redes de equipamentos públicos municipais, isto é, os equipamentos que amparam o cidadão desde as primeiras semanas de vida até a construção do seu caráter filosófico e de seu ser político. Essa formação permite que o cidadão seja um agente transformador do seu próprio lugar, já que a arquitetura que nos interessa é a arquitetura do lugar, a construção de nosso endereço. Tais equipamentos (do berçário à pós-graduação, o centro comunitário, a casa de cultura) vão construir a constelação de redes, que formam um mosaico dos espaços constituintes da cidade. A terceira frente é um espaço presente em tudo: a habitação produzida pelo poder público municipal, vinculada à(s) rede(s) de infraestruturas.

No Rio de Janeiro, surgem alguns intelectuais, como o Anísio Teixeira, um grande educador, e o Afonso Eduardo Reidy, arquiteto pouco lembrado que foi sempre um servidor público que projetava a partir do tripé fundamental – a arquitetura de infraestruturas urbanas, a arquitetura de equipamentos públicos e a arquitetura da habitação social, integradas.

No Brasil, a promulgação dos direitos humanos em 1948 foi um momento muito importante. Anísio Teixeira e um grupo de jovens arquitetos, que trabalhavam ou estavam muito ligados às ideias desenvolvidas no Rio de Janeiro, vieram para São Paulo, junto com Hélio Duarte, para implantar o conceito de redes: a rede de escolas públicas municipais. Em 1948, montou-se, por meio de uma equipe (Comissão Executiva do Convênio Escolar), um convênio entre o Estado e o Município de São Paulo para que fossem projetadas e construídas 50 escolas-parque. As escolas-parque e escolas-praça seriam projetadas nos bairros da periferia daquela época, os bairros operários. No projeto pedagógico de Anísio Teixeira, a criança ficaria o dia todo na escola e a proposta da sua formação incluía sociologia, filosofia, arte-educação. Então, as escolas seriam transformadas num museu do lugar, o que valorizaria a geografia física e também a humana.

Cada escola teria um caráter de casa de cultura. Cada aluno e cada professor teria esse estímulo para ser um produtor cultural e educativo. A arquitetura do edifício estaria ligada à arte pública. A construção fazia parte de uma constelação de artes públicas na rede, desenhada na geografia da cidade. Nessas cinquenta escolas de 1948, não só deveria haver um museu, mas também a escultura da praça, feita pelos alunos e professores, todos artistas. Elas deveriam ser visitadas pelos moradores desse cinturão periférico. A escola-parque era um pólo de rede e, gravitando nesse campo, estariam as escolas-classe. As distâncias compatíveis entre os equipamentos eram as do percurso dentro desse campo (400 ou 600 m).

Paulo Freire, que falou sobre a cidade educadora, foi um grande educador, como Anísio Teixeira. Trabalhou com Anísio e com um grande intelectual brasileiro, Darcy Ribeiro, autor de *O povo brasileiro* e de *A universidade necessária*. Tornou-se secretário da educação em 1989, ocasião em que foi organizado o escritório público municipal (EDIF), onde surgiu a ideia do edifício público como estruturador do desenho da cidade. Assim, fomos diagramando e redescobrimos nossa história.

Começamos, intuitivamente, construindo o projeto da Vila Mara. Queríamos



Arquiteto, professor da ETH Zurich. Organizou o livro *Microplanejamento: práticas urbanas criativas* (2011).
www.microplanning.net
<http://web.me/marcoslrosa>

dar uma lógica, coordenar os projetos, que chegavam segundo a demanda, através de uma coordenação de gestão pedagógica. Mais do que isso, queríamos uma configuração arquitetônica que criasse unidade ou diálogo entre os blocos. Fizemos alguns ensaios na época do Paulo Freire e da prefeita Luiza Erundina: a Vila Mara, constituída por três conjuntos habitacionais – o Conjunto Habitacional Garagem, o Conjunto Habitacional Sítio do Jaraquá (onde ensaiamos duas praças de equipamentos) e depois o Conjunto Habitacional Inácio Monteiro, que deu origem ao programa CEU. A partir do escritório público de projetos, nossa ideia era valorizar uma política de Estado, e não um projeto de governo, pois visávamos a continuidade, e não a ruptura a cada nova gestão.

A Constituição de 1988 é um ponto primordial para ilustrar essa vontade de estruturar o território. Segundo o texto constitucional, algumas cidades (como São Paulo) deveriam ser divididas em subprefeituras. Até então, existiam nas cidades as administrações regionais e os distritos. Começamos a imaginar que as administrações regionais que seriam transformadas em subprefeituras deveriam ter uma arquitetura simbólica através da construção de uma arquitetura do lugar, um paço municipal. A

praça dessa subprefeitura seria uma grande plenária – como um ponto de encontro com equipamentos para a vizinhança –, onde a população discutiria. Os outros distritos teriam as praças de equipamentos, qzzue não abrigariam a sede administrativa, mas o teatro municipal, a biblioteca pública, as piscinas públicas e assim por diante.

Teríamos uma média de 3 praças de equipamento por subprefeitura, aproximadamente 93 equipamentos na cidade de São Paulo, 93 endereços com outros equipamentos num raio de 2 km, configurando a visão de rede. Desenhar os espaços de ligação desses equipamentos valoriza os percursos. Esse trabalho conecta os prédios pelo vazio, identifica e dá dignidade para cada esquina.

Reconhece-se uma base conceitual, que, anterior à execução desses projetos, é de extrema importância para o entendimento da natureza e do alcance da intervenção: os CEUs, que apresentam a maturidade e o passo mais recente dentro de uma longa história de interação entre arquitetos e educadores. Desenvolveu-se uma metodologia para a localização dos equipamentos, definindo-os, simultaneamente, como unidades locais de importância ao bairro e como uma ampla rede social organizada na escala metropolitana. Essa prática ilustra o pensamento de um urbanismo em rede, aplicado a São Paulo. ■

O CEU – Centro Educacional Unificado – representa, entre 2000 e 2004, a execução de uma ideia que tem suas raízes em 1920, quando, na escala urbana, a arquitetura das escolas era um dos elementos estruturadores. No século XXI, CEUs foram precisamente implantados num tecido urbano caracterizado pela ilegibilidade e exclusão – uma realidade de desigualdade social em regiões periféricas de São Paulo. O propósito final dessas intervenções era reorganizar um território fragmentado e qualificar os espaços públicos, dotando-os de equipamentos capazes de funcionar como lugares de encontro e coexistência.

O termo “arquitetura do lugar”, usado por Alexandre Delijaicov, faz referência ao método empregado para indicar o endereço no qual o equipamento social deveria ser implantado: onde a ausência do Estado e de serviços públicos era mais expressiva. A “arquitetura do lugar” é um parâmetro para a intervenção na escala metropolitana, com o objetivo de proporcionar bem-estar para as regiões mais pobres. Para cumprir esse objetivo, cada subprefeitura deveria ter uma determinada quantidade de equipamentos urbanos. As subprefeituras totalizam 31. Com base em dados sobre a escassez de infra-



estrutura e equipamentos, as subprefeituras elegem um critério de localização, apontando lugares onde uma reestruturação territorial se faz possível a partir de intervenções pontuais. Como estratégia, as subprefeituras definem a praça como o ponto de encontro de vários equipamentos públicos.

O plano era construir uma rede em três fases: na primeira, 21 CEUs seriam entregues, outros 24 na segunda e, na terceira fase, seriam rearticuladas as 45 unidades de equipamentos urbanos existentes – hoje desconectados do tecido urbano e sem qualquer significado como um espaço público de encontro e recreio –, mediante a abertura à comunidade dos muros e barreiras físicas. Assim, 96 equipamentos seriam anexados à rede. Cada uma das 31 subprefeituras teria 3 “equipamentos quadrados” ou 3 desses equipamentos urbanos, apoiando a reestruturação do território fragmentado.

Na primeira fase, que durou 18 meses, foram construídos 21 CEUs, com 14 equipamentos cada, num total de 294 novas instalações públicas, localizadas nas zonas periféricas de São Paulo. A “arquitetura do programa” – do equipamento – torna-se a “arquitetura do lugar”, que define o CEU como polo estruturador do bairro e da periferia na rede metropolitana.

Não seria um edifício para cada equipamento, mas um conjunto arquitetônico de dois ou três equipamentos que abraçariam, que desenhariam um

núcleo vazio que seria a praça dela, e que abrigaria um conjunto de equipamentos urbanos. “A praça no sentido de ser uma sala de estar na escala da comunidade”. Esta definição da praça tem referência na cultura urbana brasileira como elemento central e organizador de mais de cinco mil cidades existentes.

O CEU como 3 edifícios articulados pela praça estimula as pessoas a viverem juntas no espaço público, a compartilhar e valorizá-lo como espaço comum. A justaposição de atividades não permite isolamento da escola e define um novo terreno para a cidade. A ideia de que “o projeto pedagógico requer atividades sincronizadas” reforça o conceito de “formação do cidadão segundo o conceito de cidade educadora”, o desenvolvimento de um cidadão que se percebe como um agente de transformação no seu mundo.

Colocada em novos recortes geográficos e reenquadrada em realidades diversas, cada implantação estimula a redescoberta do lugar pelo olhar dos seus habitantes. Esse lugar torna-se, assim, um ponto de referência na paisagem urbana, reconhecido como o ponto de encontro em cada vizinhança. Como um implante, ele se torna o ponto de contato e reorganiza as relações humanas presentes em seus arredores: “o CEU constrói uma referência simbólica de identidade icográfica do lugar público.”

Insero o que até então não existia nos bairros periféricos: “a oportunidade de você encontrar o outro, de passar da contemplação à ação.” ■



DOMINGO NO CEU

André Rosso

Fotógrafo e documentarista da Expedição São Paulo
450 anos: uma viagem por dentro da metrópole.



↓ "Tarde de sol. Domingo na periferia de São Paulo. A família toda aproveita o CEU. Uma parte está na piscina, algumas crianças foram ao teatro ou estão assistindo a um show ou a um filme, e outras estão na biblioteca ou no telecentro. A quadra esportiva está cheia e o campeonato de futebol "rola solto". A pista de skate, nem se fala, nela só se voa". **Maria Aparecida Perez.**









↓ Bruno Vilela | Itaobim | 2011.



ITAOBIM

Bruno Vilela e Nuno Manna

Bruno Vilela é fotógrafo.

Nuno Manna é jornalista, e foi convidado a escrever esse conto a partir da fotografia.



A referência é 2001 do Kubrick mesmo. Só que entre a aurora do homem na idade das pedras e a exploração do espaço lunar está ontem. Uma dúzia de macacos vestidos de astronautas acordou e avistou a coisa, destacando-se em meio à paisagem estéril. O objeto definitivamente não estava lá ontem à noite; nem mesmo parecia estar lá quando tocou o despertador do celular, 15 minutos atrás. A estranha coisa tinha acabado de brotar, em algum momento durante a função soneca. Diante dela, os macacos astronautas (que passaremos a chamar de “homens” por economia textual) teriam arregalado os olhos, não fosse pela quase total perda da capacidade de se assombrarem diante do extraordinário e pela remela matinal. Mas a narrativa pedia: os homens ergueram-se e foram admirar o objeto misterioso.

Alguns deles resmungaram rabugentos. Bem no domingo?!, ouviu-se. Um dos homens, cutucado pelo narrador, teve que interromper o bocejo e soltar um protocolar O que será essa coisa tão enigmática?, enquanto ajustava a calça do moletom que lhe revelava o cofrinho. E todos se reuniram em volta do objeto, intrigados, porque os calendários não previam nada extraordinário naquela data; porque eles não sabiam quem tinha enviado o objeto, se o pessoal do bando vizinho ou a Americanas.com; e porque ninguém explicou o que exatamente deveria ser feito com o negócio, nem para quê ele servia.

O narrador tentou tocar, como em *Uma Odisseia no Espaço*, Assim falou Zarathustra do Strauss, para ver se inspirava o pessoal, se despertava interrogações um pouco menos pragmáticas, mais inquietantes. A música não só não adiantou como deu margem para que um dos homens perguntasse se não tinha uma da Claudinha Leitte. O nar-

rador desligou a trilha sonora, engoliu seco e empurrou o micareteiro para perto do maravilhoso objeto.

Com um muxoxo, o homem (que passaremos a chamar de Davi) resolveu tocar a superfície da coisa. Nenhuma reação. O narrador pigarreou, apontando para a escada à esquerda. Davi respirou fundo e começou a escalar, até chegar ao topo da coisa. De lá, olhou para os outros homens, que se distraíam lá embaixo assobiando e cutucando as unhas. Olhou então para a rampa a seus pés. Davi juntou a com b, sobe com desce, daqui para lá, sentou-se e, com um pequeno impulso, começou a escorregar. Enquanto deslizava pela curva trajetória da plataforma, ele foi sendo tomado por uma desconcertante excitação; sentiu que viajava tão veloz quanto o sangue que corria em suas veias; seus poros abriram-se como crateras, captando o deslocamento do ar como uma poderosa ventania! A experiência causava-lhe medo e alegria. Assim falou Zarathustra voltou a tocar, em seu ápice de explosão, sem que o narrador sequer precisasse dar o *play*.

Lá embaixo, os outros esperavam o momento em que Davi deslizaria para fora da plataforma e cairia no chão duro. A expectativa de ver o colega se esborrachando chegou a animar os mais espíritos de porco. Mas a viagem de Davi culminou com uma explosão fresca e molhada dentro de uma imensidão azul e tratada a cloro! E os pratos de Strauss foram percutidos uma derradeira vez.

Enquanto Davi mergulhava profundamente no incomensurável, os outros homens desistiram de esperar e foram embora. Passaram na padaria, compraram frango assado com farofa e se divertiram a valer assistindo à *Turma do Didi*. ■

TV PÚBLICA E ENTRETENIMENTO

Eugênio Bucci

Jornalista, professor e autor de vários livros sobre ética do jornalismo, televisão e comunicação. Dirigiu a Radiobrás entre 2003 e 2007.

A democracia precisa da comunicação não comercial, em rádio e televisão, exatamente para tê-la como um contrapeso em relação à mídia privada. Os dirigentes das TVs públicas não acordaram para a urgência do tema. Com isso, a TV pública demora a acordar para a sua razão de ser. As emissoras comerciais e as públicas deveriam funcionar como os dois pratos da balança, e essa balança é o espaço público democrático.

As emissoras comerciais se organizam com base nas demandas do mercado, que atuam por vários caminhos e se refletem, por exemplo, na preferência dos anunciantes em patrocinar um tipo de programa, e não outro – o que vai interferir no próprio formato das grades de programação. É bom deixar registrado que as demandas do mercado são legítimas e vitais na democracia, elas só não podem ser as únicas a definir o conjunto da comunicação social. Aí é que entra o papel das emissoras públicas. Essas não deveriam atrelar-se ao mercado, embora algumas, hoje, tenham desenvolvido, numa competição indevida com as comerciais, uma dependência preocupante em relação à receita publicitária. Em alternativa a isso, deveriam diferenciar-se, recusando-se a competir no mercado e buscando dar visibilidade às expressões francamente minoritárias da cultura e do debate público, que não têm aptidão para se tornar “campeãs de audiência” e não têm vez nas comerciais.

Exercendo funções complementares – não opostas –, as emissoras públicas e as emissoras comerciais, cada uma em seu campo, fortalecem a saúde da demo-

cracia. Se elas se igualem, se perseguem as mesmas funções e oferecem conteúdos análogos, ora, se for assim, a sociedade não precisa de TV pública.

O entretenimento e seus sentidos

O significado do termo “entretenimento” é chave para que essa distinção se faça com a profundidade necessária. A palavra vem do espanhol, *entretinimiento*, cujos primeiros registros datam do século XVI. O verbo *entretener*, originado do latim, *intertener* (“inter” quer dizer “entre”; “tenere” quer dizer “ter”), significa deter, distrair, enganar. No senso comum, “entretenimento” é entendido, até hoje, como aquilo que ocorre no tempo do lazer – que não pertence ao tempo do trabalho –, nas horas vagas, no passatempo, no intervalo entre duas atividades ditas sérias.

A partir da segunda metade do século XX, o entretenimento deixou de designar o estado mental produzido no sujeito em desocupação, deixou de se referir a um atributo de atrações especializadas em distrair a audiência e virou o nome de uma indústria diferenciada. Mais do que uma indústria, um negócio global. Com o advento dos meios de comunicação de massa, a palavra, sempre que enunciada, traz consigo esse sentido material: o de negócio. Assim como a própria palavra indústria – que antes nomeava apenas uma habilidade humana – mudou inteiramente de sentido com a revolução industrial, a palavra entretenimento foi revolvida por um processo de ressignificação definitivo a partir da indústria do entretenimento. Quando uma TV pública diz que faz entretenimento, afirma

que pertence a um campo – industrial e econômico – ao qual não tem vocação nem destinação de pertencer.

Não obstante, ainda vemos, em conversas entre os dirigentes das TVs públicas, o emprego do termo entretenimento como se ele se referisse a um adereço no repertório variado, como se a palavra pudesse conferir uma leveza inocente que ajudaria a tornar mais palatável a programação de suas emissoras.

A arte de vender os olhos da plateia

Para se ter uma ideia da envergadura do negócio do entretenimento, vejamos o modo como ele engoliu um campo antes autônomo, o jornalístico. Este, há cerca de 50 anos, era um negócio organizado em empresas independentes. Atualmente, a fórmula da empresa jornalística independente tornou-se minoritária no mundo das comunicações. Nos grandes conglomerados da mídia, que se proclamam como *players* do negócio do *entertainment*, o jornalismo se vê cada vez mais restrito à condição de mero departamento dentro das empresas que, além de muitos outros produtos, oferecem atrações que podem ser chamadas de jornalísticas. O campo autônomo do jornalismo é envolvido por um corpo que lhe é maior e que o subjuga, lançando desafios imensos para a sua qualidade e a sua independência. Lembremos que, hoje, um só conglomerado do negócio do entretenimento é capaz de faturar por ano 40 bilhões de dólares, mais do que o PIB de alguns dos países da América do Sul.

Qualquer negócio tem por finalidade o lucro, nenhuma novidade quanto a isso.



O entretenimento também. Mas ele vende o quê, exatamente? A sua mercadoria é algo que muitos, até hoje, têm enorme dificuldade para admitir. A sua mercadoria não é uma telenovela, ou um DVD, ou um programa de auditório. O coração do negócio do entretenimento no campo dos meios de comunicação social e, em particular, no campo da televisão, que é o que nos interessa dramaticamente, se resume a vender... o seu próprio público. Basta ver a televisão comercial aberta. A sua mercadoria não são as atrações que ela faz crer que são suas mercadorias, mas os olhos para os quais essas supostas mercadorias se anunciam atraentes. Ela comercializa o olhar de quem a vê, o que, em boa parte, é verdadei-

ro também para os canais pagos. De vender o seu público para o anunciante vivem as televisões comerciais. A sua estruturação estratégica se dirige à captação de público, à manutenção da atenção do público e à venda do público. É isso que tem valor em seu modelo de negócio. O entretenimento, nos veículos de comunicação, resume-se ao ofício de captar o olhar social para vendê-lo, de acordo com a quantidade e com a suposta qualidade da plateia da qual ele se origina.

O mito da “natureza” da televisão

Existem aqueles resignados que olham para o alto e giram levemente a cabeça, em sinal de enfado, para lançar o argumento

que pensam ser imbatível: “Não adianta, o entretenimento é da natureza da televisão”. Não é verdade, de jeito nenhum. Chamo a atenção para essa crendice que se instalou assim sem mais nem menos e que, para a televisão pública, é mortal. É muito comum darmos de cara com esse dogma. A TV Cultura andou fazendo grandes cursos de cultura que nada têm das receitas da indústria do entretenimento. São experiências fabulosas. Estaria então a TV Cultura atentando contra a natureza da televisão? Seria isso? Claro que não. A televisão não é um dado da natureza; é uma produção da cultura, da história, das relações sociais, da tecnologia, do gênio humano e da democracia. O seu sentido e o seu uso são deter-

minados na planície da cultura – ou no mar profundo da cultura, como queiram.

Acontece que a gente lida mal com essa história de natureza das coisas. Fala-se muito, por exemplo, que “o voyeurismo é natural do ser humano” (uso aspas aqui porque só mesmo entre aspas eu posso escrever uma coisa dessas). O voyeurismo não é “natural do ser humano”; é natural, ou melhor, é próprio de uma certa idade da cultura em que o olhar assume um determinado papel na configuração das relações entre os sujeitos e na configuração das significações. O voyeurismo só tem sentido onde essa divisão se instala dessa forma – e também só tem sentido numa civilização em que a imagem adquiriu o estatuto que adquiriu.

A televisão, aliás, tem entre nós o estatuto de janela para o mundo, capaz de descortinar os fatos como eles são, como se os vissemos de perto com os nossos próprios olhos, porque vivemos numa civilização em que a imagem se tornou critério da verdade. A televisão desfruta dessa impostura que esconde o artifício para dar a ver a suposta realidade.

O voyeurismo não é natural no humano, assim como o entretenimento não é natural nesse aparelho de imagem eletrônica que as pessoas têm em casa.

É verdade que, uma vez absorvida pelo entretenimento, a televisão se torna propulsora e disseminadora do espetáculo como um modo de produção. No próprio telejornalismo das emissoras comerciais é assim. Não por acaso, uma das críticas que se fazem com mais frequência ao próprio jornalismo é que ele tem buscado mais entreter que informar. A cobertura telejornalística de episódios como o massacre de Eldorado do Carajás, a morte de Ayrton Senna ou mesmo o 11 de Setembro denota uma propensão acentuada à finalidade de chocar, de emocionar, de projetar o que há de sensacional no fato em detrimento do sentido do próprio fato. O telejornalismo se abastece do *show business*, em sua dimensão estética, pois foi engolido por essa indústria que lhe é superior.

A televisão talvez seja um dos motores mais ativos da indústria do entretenimento,

tendendo a sujeitar tudo o mais à espetacularização com finalidade de vender – vender, sobretudo, o olhar do público –, mas a sua natureza cultural não se reduz a isso. Ela pode, sim, prestar-se a outros fins: o conhecimento e a comunicação, que têm fôlego para alcançar outras altitudes.

4 bandeiras estéticas para a TV pública

Há uma bandeira ética que a televisão pública do Brasil precisa empunhar agora: a bandeira da independência frente aos governos e frente ao mercado. Ela não pode se sujeitar ao papel subalterno de promover governadores, ministros ou presidentes da República. Da mesma maneira, não pode ser uma caixa de ressonância das demandas de mercado, dos interesses dos anunciantes, do jogo da publicidade. O seu caminho, o da independência, vai para longe disso. Mas eu gostaria de falar não de bandeiras éticas, e, sim, de bandeiras estéticas. Essa dimensão, a estética, talvez seja ainda mais grave e é igualmente urgente. Proponho 4 bandeiras estéticas para a televisão pública:

1. Almejar o invisível

O sujeito só vê o objeto ao qual sabe dar nome. No olhar, só ganha visibilidade o que tem lugar na linguagem. Não vou aqui me ocupar dessas determinações que podem ser entendidas como leis do olhar, embora ainda não sejam conhecidas. Passarei por isso apenas para dizer que o objetivo permanente da televisão pública deve ser o de furar o pano da visibilidade, que embrulha como um invólucro o que chamamos de realidade. Trata-se de uma bandeira que traz consigo o dever da experimentação de linguagem. Almejar o invisível significa não compactuar com a ilusão essencial do entretenimento, que é a de apoiar no visível o critério da verdade. O visível não é – e nem contém – o critério da verdade. O visível é algo que nos fala aos sentidos, mas o conhecimento, a razão, o entendimento, a expressão das ideias, necessariamente, só podem ser concebidas como um processo que se estende além das fronteiras do visível. Almejar o invisível

é investigar o sentido de fenômenos que, por algum motivo, não se manifestaram.

2. Desmontar o gozo pré-fabricado

A televisão pública deve problematizar o ciclo do gozo do olhar, a oferta de gozo da indústria de entretenimento. O monitor fala aos sentidos de seu fiel “fique aí que eu lhe proporcionarei deleite sem fim”, de tal forma que até mesmo – ou principalmente – as propagandas são peças centrais de entretenimento: a publicidade, mais que mercadorias distantes, oferece o gozo próximo, o mundo além dos limites, o prazer do consumo subjetivo que se antecipa ao ato social, material, de consumir. Desmontar essa oferta de gozo é oferecer o diferente, é deixar de reiterar, de insistir na reincidência de doses maiores das mesmas sensações.

3. Buscar o que não cabe na TV comercial

O que a televisão comercial faz a televisão pública não deve pretender fazer; o que a televisão pública faz, se estiver centrada em sua missão, a comercial não consegue fazer. É preciso identificar onde está a forma de comunicação que a televisão comercial não pode fazer, porque é justamente aí, nesse ponto escuro, invisível, que está o pequeno farol da TV pública. Na televisão pública, é preciso temer a engabelação, a tapeação, a demagogia, o desserviço, o sensacionalismo. O primeiro dever da televisão pública é ser diferente disso. A experimentação estética, um dever que ela tem, não pode conviver com o medo da chatice ou com o imperativo de agradar às maiorias médias o tempo todo.

4. Emancipar em lugar de vender

A TV pública não pode sucumbir ao impulso de querer ser desejada. A sua vocação é problematizar essa modalidade primitiva de sedução – ou de mendicância afetiva. Ela quer, sim, desmontar esse jogo sem saída e desmascarar as armadilhas. A proposta de comunicação que ela faz é uma proposta mais incerta, mais ingrata, menos demagógica, mais provocativa – indispensável para a diversificação de linguagens. A televisão pública não quer



público cativo como quer a televisão comercial. Ela não funcionará como cativo, mas como emancipadora e incubadora. O sentido da televisão pública é tornar o sujeito suficientemente autônomo para, no limite, poder prescindir da televisão. O sentido da televisão comercial é aprisionar o sujeito na sua forma retangular. O pesadelo que atormenta a televisão comercial é o de, um dia, as pessoas não precisarem mais dela. A realização da TV pública é o contrário – é a emancipação. A

televisão comercial pode até ser educativa e encontrar caminhos para isso. A televisão pública é uma instituição que precisa produzir gente emancipada, liberta, crítica – e pode até se tornar um sucesso, se for radical no seu compromisso de emancipar. O negócio da televisão pública não é entretenimento e, indo mais longe, não é sequer televisão: é cultura, é informação, é liberdade. Para a televisão comercial, o meio é um fim. Para a pública, o meio é uma possibilidade em aberto.

Só assim o público virá

Voltando ao pânico dos administradores da TV pública: essas bandeiras trarão público para ela? Seguramente. Aliás, a falta de público não deveria assustá-los, pois tem sido a sua rotina. Para a TV pública, só um caminho é possível: não competir com a televisão privada. Fora disso, ela até poderá prestar bons serviços para a indústria do entretenimento, mas não terá valor nenhum para a democracia, para a cultura e para os olhos que se abrem diante dela. ■

PACIFIC

Marcelo Pedroso e Pablo Holmes

DOWNLOAD DO FILME NO SITE



Pablo Holmes é doutorando em sociologia na Universidade de Flensburg, Alemanha.

Marcelo Pedroso é diretor do filme *Pacific*.

O cruzeiro *Pacific*, que deixa o porto do Recife em direção ao Arquipélago de Fernando de Noronha, promete uma experiência terrena, ou marítima, do *paraíso*. Para seus passageiros, ele será justamente a chegada ao paraíso como recompensa pelo trabalho duro e pelo esforço individual.

O paraíso é, contudo, efêmero: deve ser muito bem aproveitado. Ele durará seis dias e sete noites, terá programação intensa e será minuciosamente registrado em fotografias e câmeras digitais. São essas imagens que Marcelo Pedroso utilizará para compor seu filme *Pacific*.

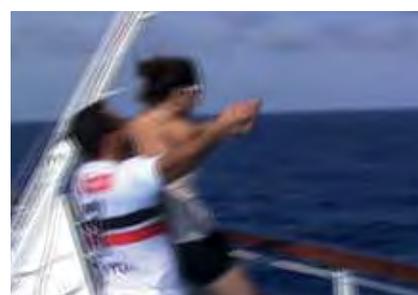
Pacific, o filme, não se preocupa com a tão contingente fronteira a separar um filme documentário de um filme de ficção. Não é necessário fazê-lo. Como todo filme (ficção ou documentário), *Pacific* tem e não tem, simultaneamente, um compromisso com a *realidade*. A sua realidade consiste nas imagens espontâneas dos protagonistas de filmes privados. Ao mesmo tempo, ele deixa rapidamente os domínios dessa realidade na medida em que constrói personagens integrados nas decisões de seu diretor, que se torna o único e verdadeiro protagonista.

Pacific desvenda nas imagens brutas – em sua *realidade*, por assim dizer – o que elas têm de irreal. As imagens dos passageiros são encenações privadas das projeções

de seus paraísos pessoais. Ao transportar as imagens (essas projeções encenadas) de seu contexto inicial – no qual eram sonho em forma bruta – para uma dimensão em que são observadas por um observador externo, o filme revela a *ficção* que habita todas elas. O *truque* é possível somente porque a matéria-prima do filme consiste no limite inconsciente com que definimos nossos sonhos e sua realização.

Já na abertura, enquanto observam a coreografia de um cardume de golfinhos no mar azul, é possível ouvir de alguns passageiros exclamações que darão tom ao filme. “Valeu a pena!”, “Agora sim”, “É o paraíso!”. *Pacific*, o filme, se torna encantador, já que *Pacific*, o navio, é o lugar em que frustrações, obrigações e impossibilidades são esquecidas e onde se projetam ficções de felicidade que não caberiam na realidade da narrativa acabrunhada de um documentário etnográfico. *Pacific* é, porém, ainda etnografia. Justo porque nos apresenta com aquilo que entrevistas jamais nos dariam: a espontaneidade de vivências que são ao mesmo tempo o resultado de elaboradas projeções de felicidade.

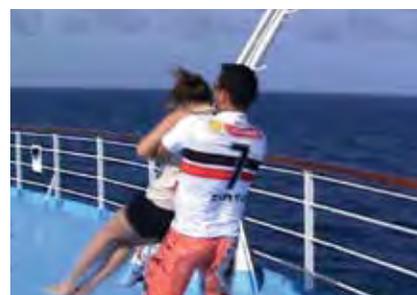
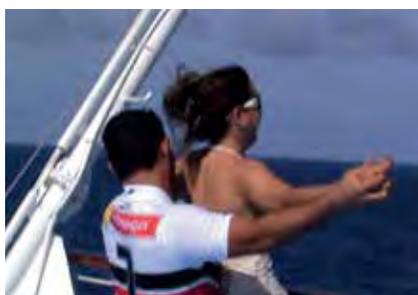
Para os passageiros do cruzeiro, o destino é o paraíso: local em que poderão satisfazer desejos num tempo sem pressões, restrições ou constrangimentos. Em-



barcamos no filme (e no navio) na companhia do passageiro Ronald Melo, fervoroso torcedor do Sport Club, do Recife. Ronald nos deixa claro seu sentimento de realização pessoal. O mundo finalmente consente e lhe dá o que havia esperado. (Ao longo do filme percebe-se que os personagens de *Pacific* esperavam, de sua viagem ao paraíso, nada além disto: mar azul, cerveja grátis, um capitão de *smoking* branco e, definitivamente, um cardume dançante de golfinhos.)

Mas essas projeções, que são encenadas como vivências, despertam reflexões. O espectador vê-se seduzido a julgar o paraíso alheio, sobretudo a partir de comparações (veladas ou não) com sua própria projeção do paraíso.

Eu me ponho prontamente a imaginar a reação de um espectador adorniano – e ele não precisa ter lido uma linha sequer de Theodor Adorno. Penso em suas especulações. As projeções do paraíso, em *Pacific*, não passam da mais radical apropriação dos sonhos pela sociedade de consumo; aquela felicidade é pura falsa consciência; os passageiros são levados a viver o paraíso que o mercado lhes entrega e, assim, reproduzem em ciclo as próprias estruturas do mercado. A liberdade de decidir sobre o próprio paraíso é, portanto, esmagada pelas estruturas da indústria do entretenimento.



Outro expectador, quiçá um voraz leitor de Michel Foucault, chegaria a conclusões semelhantes, com um vocabulário, digamos, um pouco mais colorido. Chamaria a atenção para o fato de que naquele cruzeiro, em que os passageiros buscam lazer como uso livre de seu tempo, não há, na verdade, qualquer resíduo de tempo livre. O tempo teria sido trazido a termo, tornado-se *commodity*: planejado e precificado nas suaves prestações com as quais os passageiros teriam adquirido o direito de que lhes programassem o próprio tempo. O feliz passageiro de *Pacific* teria trocado seu tempo de trabalho (seu tempo livre anteriormente vendido) por uma passagem para ter a seu dispor, de modo bem medido, o tempo de trabalho de animadores, garçons, dançarinas e cozinheiros (que estariam ali, por sua vez, a vender seu próprio tempo livre).

Ao que parece, por nos mostrar paraísos alheios, *Pacific* nos leva a perguntar sobre sua autenticidade: será que esse é mesmo o paraíso que Ronald Melo desejaria caso pudesse se ver na tela do cinema – não no *Pacific*-cruzeiro, mas no *Pacific*-filme? Não seria seu paraíso uma farsa na qual, num esforço por acreditar, encena uma fantasia que jamais se tornará real? Seria o paraíso apenas um pacote turístico anunciado com destaque num portal da

internet? Como consumidores, estariam os passageiros/personagens de *Pacific* condenados a viver um paraíso sugerido, em que o tempo é objeto do cálculo de publicitários, administradores e turismólogos, reproduzindo uma máquina cuja matéria-prima é o próprio desejo: fabricado e mantido pelo ciclo entre “sugestão” e “consumo” do produto-paraíso?

Essas reflexões são, sem dúvida, importantes. Elas têm o poder de nos levar a criticar qualquer paraíso que esteja por aí, tão à mão, como aquele prometido em pacotes turísticos a prazo e sem juros. Ao fazê-las, podemos nos colocar na posição de imaginar paraísos melhores. A crítica nos convida, portanto, a um pouco de imaginação.

Por outro lado, o crítico não está eximido de que sua ideia particular de paraíso também seja apenas o resultado de processos que, para ele mesmo, permanecem invisíveis. Não sabemos ao certo porque carregamos as nossas, e não outras, expectativas de felicidade. Se desejamos reduzir o paraíso do outro às nossas próprias medidas de autenticidade, teremos que deixar também nossos próprios sonhos à mercê da impossibilidade. Ao final, não existirá qualquer paraíso: ele será definitivamente deixado para depois.

Talvez fosse melhor pensar de outro modo. Sem que renunciemos à possibilidade de crítica, seria melhor acreditar que é, sim, possível uma dose de paraíso na terra. Talvez fosse o caso, então, de tornar a crítica menos amarga, um pouco menos enjoada, menos arrogante até.

Talvez o olhar com que assistimos a *Pacific* tivesse então que deixar-se levar um pouco mais pelo sonho de Ronald Melo e por suas palavras de deslumbramento ao entrar na luxuosa cabine em que dormiria. E por que não nos deixarmos imaginar o incrível sabor do primeiro *Chopp* gelado da viagem, no Deck 6 do *Pacific*? Talvez fosse o caso de ter compaixão por quem não puder, por um momento, sentir-se afetivamente comprometido com a ternura com que os casais se prepararam para o jantar de gala com o capitão. E como será triste aquele que jamais puder viver um momento tão doce como o do casal que encena seu sonho hollywoodiano à beira de um piano de calda, ao som de Kenny G. (Acho que poucas pessoas foram tão felizes quanto aqueles dois no momento em que, com seus olhares apenas, conseguiam comunicar coisas que apenas um casal apaixonado pode comunicar, ao realizar finalmente um sonho construído na intimidade comum.) ■

UTOPIAS RECREATIVAS

Wellington Cançado

Editor de PISEAGRAMA.

No domingo ensolarado e de águas tranquilas do dia 29 de julho de 1933, partia do porto de Marselha, no sul da França, o SS Patris II, um antigo transportador de carvão totalmente transformado num moderno navio de cruzeiro por Héraclès Joannidès, armador grego e dono da empresa de turismo parisiense Neptos. O destino final era a cidade de Atenas, na Grécia, com direito a paradas intermediárias para visitas a vários sítios arqueológicos e locais históricos, incluindo as ruínas neolíticas em Gozo, Khirokitia, Delfos, Delos, Olímpia e as ilhas Cícládicas.

O objetivo dessa odisseia revisitada era o acontecimento em alto mar, ao longo dos 15 dias de viagem, do IV CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna –, cujo tema “A cidade funcional” sintetizava a convicção generalizada de que os problemas das cidades poderiam ser resolvidos através de uma nova técnica urbanística (precisa, utilitária e científica), baseada na segregação estrita das principais funções urbanas: habitar, circular, trabalhar e recrear.

A bordo, dentre os ilustres e animados passageiros, os arquitetos Le Corbusier e Alvar Aalto, os artistas Fernand Léger e Moholy-Nagy, o crítico Siegfried Giedion e o galerista e editor italiano Pietro Maria

Bardi (que, anos mais tarde, se mudaria para o Brasil com Lina Bo e, juntos, fundariam o Museu de Arte de São Paulo-MASP).

Protegidos das agruras do mundo às voltas com a ascensão do nazismo e distanciados do “objeto” de análise, como rezava a cartilha moderna, os participantes trabalhavam seriamente sob o céu azul mediterrâneo. De trajes de banho à beira da piscina ou no *deck*, se divertiam, promoviam festas e jogavam no interior das cabines. Circulavam livremente pelo labirinto de corredores e habitavam todos os lugares do navio fretado, como que contradizendo, na prática, a setorização de atividades que viria a ser proposta como grande solução para as cidades “afundadas no caos”.

Uma década se passou desde a volta do cruzeiro à Marselha, no dia 14 de agosto, até a publicação por Le Corbusier das conclusões do encontro, em 1942, sob o título de *A carta de Atenas*. Influenciando várias gerações e logo ditando as diretrizes para a reconstrução das cidades europeias no pós-guerra, a Carta se tornou um dos mais controversos e populares documentos já produzidos pelo CIAM e, na prática, acabou definindo um modelo de eficiência urbana internacionalmente almejado.

Uma dúzia de skatistas aproveita a avenida fechada aos carros para fazer *ollies* por entre as manilhas de concreto espalhadas por toda parte, depois dos estragos causados pela tempestade. Vários bólides tunados e construídos com esmero pelos próprios pilotos se posicionam na pista da BR-381 para a largada da segunda etapa do primeiro e provavelmente único campeonato rodoviário de Fórmula Rolimã, depois que a carreta carregada de bobinas de aço tombou (a estrada só será liberada em dois dias). Um despreocupado cicleteiro vagueia lentamente em zigue-zague e sem destino certo no Rodoanel completamente deserto devido à queda do viaduto, que sofreu uma falha estrutural na viga principal (a empreiteira nega), no quilômetro 43. Imobilizados pelo monstruoso, mas corriqueiro engarrafamento, o juvenil do alvinegro paraibano, em visita à capital e inspirado pelo *slogan* do patrocinador (“*just do it*”), aproveita o intervalo forçado para um “bobinho” na rotatória mais próxima, enquanto *motoboy*s, comprometidos com a velocidade do *just in time*, não param de zunir por entre as nesgas deixadas por carros e ônibus.



Cada nova técnica inventa um novo acidente, e os acidentes, disfunções do “sistema”, não passam de demonstrações eloquentes dos limites dessa técnica, já havia ensinado o filósofo do desastre Paul Virilio. Assim, a invenção do navio torna iminente o naufrágio e se estatelar contra o poste parece ser o destino de todo automóvel, a menos que o congestionamento (a disfunção primeira do sistema viário) proteja os motoristas das tentações da velocidade. A invenção da cidade como técnica possibilita a perpetuação do ideal do funcionamento perfeito e, de repente, no caderno “CIDADE” ou nas páginas policiais dos jornais, crianças, brincadeiras, jogos inofensivos, situações inusitadas e apropriações fora dos padrões aparecem como contravenções, disfunções malignas e desvios indesejados. Como se as cidades não estivessem, desde sempre, em pane.

78 anos depois dos 15 ensolarados dias em que a arquitetura mundial saiu de férias pelo Mediterrâneo, a enfadonha doutrina urbanística, seguida à risca por aqui desde a construção de Brasília, continua a tentar reger a cacofonia natural das cidades. Claro, não mais com o *glamour* do *design* moderno nem mesmo no compasso otimista da bos-

sa-nova, mas subrepticamente entranhada nas normativas disciplinadoras, nas prescrições administrativas mais corriqueiras e no urbanismo policialesco. A “cidade funcional”, com seu caráter segregador e higienista e seus infames zoneamentos, foi, e continua a ser, apesar dos revisionismos críticos e da violência que lhe é intrínseca, mais oportuna do que nunca para o “choque de ordem e progresso”.

Mas, felizmente, a cidade nunca foi e nunca será o cenário simplório imaginado pelos engravatados de plantão, nem a máquina precisa dos tecnocratas e muito menos o fluxograma perfeito dos engenheiros de tráfego. Incontáveis acontecimentos imprevistos estabelecem diariamente outras temporalidades, possibilitando o surgimento de situações, lugares e relações jamais imaginadas. Com a lentidão e o travamento inesperado das engrenagens urbanas, emergem, sabe-se lá de onde (como vendedores de sombrinha antes da chuva e sorveteiros no parque em dias de sol), uma miríade de possibilidades de invenção de outros urbanismos “estruturalmente disfuncionais”, mas surpreendentemente convidativos e desafiadores, mesmo que ocasionais.

Uma pá escavadeira – daquelas de demolir quarteirões inteiros, retificar as geografias persistentes e aplinar toda a diversidade em poucas horas – percorre ininterruptamente o traçado na forma do símbolo matemático para infinito (∞) que ela mesma constrói para si. Enigmático moto-contínuo (felizmente circunscrito ao seu espaço topológico próprio), esse “autorama” gigantesco é um monumento-movimento às possibilidades benignas de reprogramação das máquinas mais devastadoras e um exercício de exploração sensível dos limites das técnicas mais brutais. “Abrir rua”: gesto primordial e sinônimo de urbanização por aqui. No caso, uma rua paradoxal, nem a linha reta do delírio funcionalista e nem mesmo o “caminho tortuoso das mulas” por aquele combatido, mas uma rua autossuficiente, como deveriam ser, idealmente, todas as ruas, um circuito fechado, sem saída, sem cruzamentos e sem interferências indesejáveis (pedestres, ciclistas, cães, carroças, pedintes, etc.). Uma rua que inaugura um mundo utópico, um mini-loteamento com o sistema viário mais que perfeito (insuperável, na verdade) e onde circulação, habitação, trabalho e recreio foram



reduzidos à essência: uma trajetória, uma máquina, uma ação e o tempo infinito à disposição.

Nove kombis, veículo preferido de quem “FAZ CARRETO”, contornam repetidas vezes a mesma rotatória, esse fragmento de terra firme inacessível aos humanos, mas insistentemente chamado de praça. Transportam nada mais que o motorista e o próprio veículo vazio num gira-gira sem destino algum, como que aproveitando as possibilidades “lúdicas” proporcionadas por essa invenção urbana magnífica e pouquíssimo explorada para fins recreativos ou terapêuticos. A kombi, ícone popular da mobilidade utilitária, protagoniza um balé motorizado que encontra na banal rotatória o cenário ideal para sua arte inútil. E, então, o carrossel hipnótico se faz e se desfaz numa coreografia premeditada. Ah, como seria incrível se os congestionamentos pudessem ser desfeitos com tamanha precisão e beleza!

Um caminhão do corpo de bombeiros, o mais requisitado na hora de um incêndio de verdade, circula em sentido anti-horário e sem parar, como que engastado a um eixo líquido imaginário criado pela água que se esvai da mangueira até o centro geométrico de sua rota. Já não se faz mais necessária a ro-

tatória para instalação da fonte, pois uma vez mais o território é conformado pelo fluxo: do caminhão que inventa a rua no ato de circular e da água que jorra, esculpindo o charfariz etéreo no centro da praça imaginária. Não há fogo, nem vítimas, apenas reprogramação engenhosa da máquina e refuncionalização momentânea da técnica de apagar incêndios. O caminhão pipa com mangueiras de alta pressão, inventado para evitar que prédios inteiros esturriquem, combatendo o fogo à distância e nas alturas, é temporariamente (até que acabe o combustível, a água ou o vídeo) transformado em *landarte* cinética. A água, extintor estéril, retorna como elemento vivo, paisagístico, sugestivamente recreativo. Catástrofe feita catarse.

As 3 vídeo-coreografias da artista Cinthia Marcelle – “475 Volver”, “Volta ao mundo” e “Fonte 193” – são engenhosos experimentos construtivos de refuncionalização. Assim como as disfunções acidentais no imaginário da “cidade-máquina” noticiadas com alarde (nada além de simples e legítimas apropriações do espaço público), que, mais do que desafiam o funcionamento perfeito das máquinas e da cidade, revelam modos de usar não previstos nos

manuals disponíveis, ainda muito impregnados daquela moral gestada entre doses de absinto e banhos de sol na proa do SS Patris II.

Contudo, mais que isso, tais disfunções projetam possibilidades de futuro que indagam diretamente o passado. Afinal, e se o SS Patris II tivesse naufragado, naquele ensolarado verão de 1933, como seriam as cidades hoje? E se, ao invés do cruzeiro de ida e volta, o CIAM planejasse navegar num círculo imaginário e em velocidade náutica constante até que o navio ficasse completamente sem combustível? Depois, seguindo fielmente o plano original, se entregassem docilmente aos movimentos das marés, sem a pretensão de voltar ao continente? E se, durante todo esse tempo de convívio agradável e vida indolente, aprimorassem as propostas para a “cidade funcional” por pura diversão, sem nunca, obviamente, pretenderem a aplicação de tal doutrina? E se, finalmente, sem propulsão, o navio se transformasse numa espécie de ilha mediterrânea à deriva, pátria da primeira cidade hedonista flutuante? Seria esse o verdadeiro projeto moderno refuncionalizado numa utopia recreativa? ■

VOLTA AO MUNDO

Cynthia Marcelle



ASSISTA NO SITE

Artista. Vive e trabalha em Belo Horizonte. Participou, dentre outras, da 29ª Bienal Internacional de São Paulo em 2010 e da Future Generation Art Prize @ Venice em 2011.



A CIDADE E OS SKATISTAS

Leonardo Brandão

Historiador, autor do livro *A Cidade e a tribo skatista: juventude, cotidiano e práticas corporais na História Cultural* (EDUFGD, 2011).

O primeiro skate de que se tem notícia surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX, quando alguns garotos resolveram, numa brincadeira inusitada, encaixar um pedaço de tábua nos eixos e rodas dos patins. Depois de algumas décadas, ou mais precisamente no ano de 1936, o novo brinquedo foi patenteado. No início, era visto como uma brincadeira de criança, algo entre o ioiô e o bambolê.

De brincadeira, o skate se transformou num esporte radical. Um dos fatores que iniciaram essa transformação ocorreu no ano de 1972, quando Frank Nashworthy, um engenheiro químico de Encinitas, Califórnia, introduziu o poliuretano na fabricação das rodinhas do skate, tornando-as mais aderentes e capazes de alcançar incríveis velocidades. Além disso, também por volta desse período, alguns jovens californianos começaram a realizar com o skate os mesmos movimentos de corpo que usavam para “pegar” ondas no mar. Assim, da união entre tecnologia e movimentos do surfe, o skate começou a ser visto como um esporte alternativo, conquistando diversos adeptos durante a segunda metade da década de 1970, inclusive no Brasil.

Embora tenha sido praticado em muitas cidades do país, sua atividade na cidade de São Paulo é digna de nota em função de uma série de acontecimentos provocados por sua inserção no espaço urbano. Em dezembro de 1975, por exemplo, um episódio ocorrido no Morumbi demonstra o início conturbado do skatismo no país. Nessa época, sua prática começava a

ser experimentada por alguns jovens paulistanos. Reunidos numa turma de mais ou menos cem skatistas, eles decidiram deslizar pela Rua Queiroz Guimarães, que apresentava um asfalto liso e uma descida bem inclinada. Mas para a surpresa desses jovens, assim que eles começaram a realizar suas primeiras descidas, rapidamente um grupo de soldados da PM se deslocou até o local e os colocou sob a mira de potentes metralhadoras. O problema, de acordo com as autoridades, é que a rua fora feita para o uso dos carros, e não dos skates.

Também no final dos anos de 1980 ocorreu um episódio envolvendo a proibição da prática do skate. Diferentemente dos anos 70, quando o skate ainda continha muito do visual e das técnicas que vinham do surfe, os anos 80 trouxeram para o universo do skate uma série de outros elementos, como a influência da estética *punk* e o desenvolvimento de um novo tipo de skate, chamado de *streetskate*. Nessa modalidade, os skatistas passaram a interagir com diversos aspectos da arquitetura urbana: corrimãos, escadas, guias, trilhos e paredes.

Mas a prática do skate na rua, com skatistas pulando escadas e subvertendo o sentido original dado pelos arquitetos e urbanistas aos espaços, começou a incomodar alguns transeuntes e, no caso de São Paulo, o seu prefeito na época, o já popular Jânio Quadros. Em 1988, Jânio Quadros decidiu proibir a prática do skate por toda a cidade. O Jornal Folha de São Paulo, que

cobriu o acontecimento enfatizando passeatas e protestos de diversos skatistas, publicou matérias com opiniões contrárias à medida de Jânio, vista por muitos como conservadora, repressora e uma afronta ao livre direito de ir e vir. Cartas que chegaram à redação da imprensa especializada noticiavam o abuso das autoridades e a repressão a essa prática corporal. A revista *Yeah!*, de circulação nacional, chegou a adotar a *slogan* “skate não é crime”.

A sucessora de Jânio Quadros, Luiza Erundina, assumiu um tom mais progressista e prometeu legalizar novamente essa atividade, inclusive posando para fotos em cima de pranchas de skate e declarando à imprensa o seu apoio aos skatistas.

De fato, a proibição do skate tornou-se impraticável. Os skatistas eram muitos e, a cada ano, o número de praticantes aumentava. Com o passar do tempo, a construção de pistas de *streetskate*, com obstáculos imitando os lugares mais visados pelos skatistas na cidade, foi a única solução encontrada pelos políticos para apaziguar a situação e ainda garantir os impostos cobrados sobre a indústria do skate brasileiro, a segunda maior do mundo.

Mesmo legalizado, as coibições à prática do skate na rua não cessaram. Sua continuidade, entretanto, parece ser a resposta de alguns jovens à crescente quantidade de pistas construídas para “domesticá-los”. Mas uma pista de skate jamais irá reproduzir a vivacidade urbana e nem chegar perto do inusitado das ruas. ■

↓ Foto: Daniel Beck | Paulo Sampaio "Caixeta", Frontside Blunt | Praça Afonso Arinos, Belo Horizonte.



A CIDADE COMO PLAYGROUND

Merijn Oudenampsen

Sociólogo e professor da Tilburg University onde pesquisa as relações entre desenvolvimento urbano e populismo político.

www.flexmens.org

Em 1947, o arquiteto holandês Aldo van Eyck construiu seu primeiro *playground* em Bertelmanplein. Era o início de um experimento espacial que marcou (de maneira positiva) a infância de toda uma geração crescida em Amsterdam. Mesmo que hoje a maioria desses *playgrounds* tenham sido desmontados ou tenham caído no esquecimento, eles representam uma das intervenções arquitetônicas mais emblemáticas de um momento crucial: a passagem da organização hierárquica do espaço, defendida pelos arquitetos funcionalistas modernos, a uma arquitetura de “baixo para cima”, cujo objetivo era dotar, literalmente, o espaço de imaginação.

Logo após a 2ª Guerra, as cidades holandesas se encontravam em estado de abandono. A oferta de habitações havia diminuído de maneira dramática tanto em quantidade quanto em qualidade, fato que, combinado com uma infraestrutura pouco funcional, colocava os urbanistas diante de uma situação clara de emergência. Além do mais, esse desolador contexto urbano foi desafiado, quase que imediatamente, pelo pico de natalidade causado pelo *baby boom* do pós-guerra, uma vez que não havia espaços disponíveis para as crianças, nem dentro e nem fora das casas. Naquela época existiam alguns poucos *playgrounds*, mas praticamente todos eram de caráter privado, reservados

a uns poucos privilegiados. Os *playgrounds* de Van Eyck, inicialmente construídos em terrenos sem uso, podem ser entendidos como uma medida de emergência, mas certamente tiveram uma relevância que suplantou o caráter de mera solução criativa para um momento de necessidade.

Na Holanda, o planejamento urbano pós-guerra consistiu, fundamentalmente, em uma execução apressada e econômica dos ideais pré-guerra do movimento moderno, agrupados em torno do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) e identificados, majoritariamente, com a obra de arquitetos como Le Corbusier, Sigfried Giedion e Walter Gropius. Em Amsterdam, Cornelis van Eesterem, presidente do CIAM durante muito tempo, estava disposto a executar o Plano Geral de Ampliação (*Algemeen Uitbreidingsplan – AUP*), de 1934 – um dos primeiros Planos Diretores modernos –, baseado em exaustivas previsões estatísticas do desenvolvimento demográfico e do transporte. O seu plano adotava o ideal funcionalista, que estabelecia a separação entre habitação, tráfego, espaços de trabalho e de lazer, planejados de maneira integral. Essa foi a premissa básica da construção em grande escala de novos bairros nos anos de 1950, como Buitenveldert e Westlijke Tuinteden, que resultaram nos

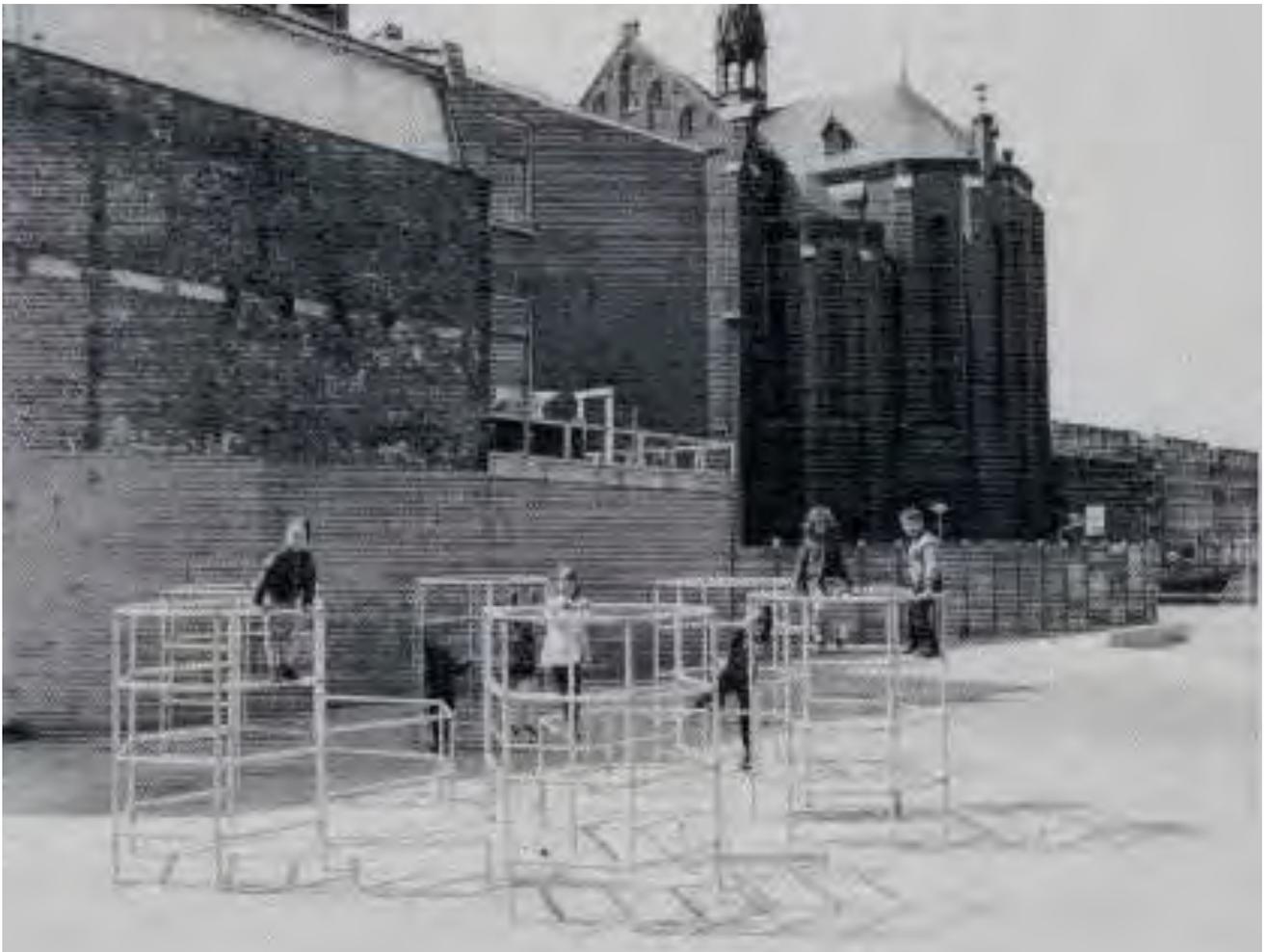
bem conhecidos conjuntos habitacionais modernos com grande quantidade de luz, ar, espaços verdes e monotonia.

Mas tal programa de separação funcional propiciou a conclusão de que o Centro de Amsterdam (CBD) deveria ser ampliado e o centro histórico da cidade, “abrir-se ao trânsito”. Essa visão se radicalizou nos anos de 1960, quando a cidade inteira começou a arruinar-se devido ao aumento explosivo de tráfego de veículos, motivo pelo qual os urbanistas lançaram um projeto que visava à criação de uma rede de linhas de metrô e rodovias que atravessariam a parte antiga da cidade. Naquele momento, o que estava sendo planejado era uma remodelação “do zero” dos bairros mais populares da Amsterdam do século XIX: Jordaan, Nieuwmarkt, Oostelijke Eilanden, Weesperbuurt e Pijp. Uma onda de modernização urbana que constituía uma versão atualizada da reforma do “artista demolidor” Barão Hausmann, no século XIX em Paris, e muito similar àquela que Robert Moses celebrenemente havia implantado em Nova Iorque, com suas rodovias e viadutos.

Entretanto, os urbanistas holandeses nunca foram tão longe, já que prontamente encontraram pelo caminho um enorme movimento de protesto que boicotou eficazmente a maquinaria do planejamento e acabou por derrotar o então chamado “bull-

↓ Bertelmanplein, primeiro dos playgrounds de Aldo Van Eyck. Arquivo Municipal da Cidade de Amsterdam.





dozer urbano” (escavadeira urbana). Aldo van Eyck teve um papel importante na definição do que aconteceria posteriormente.

Os caminhos de Van Eyck e os da escola funcionalista foram inicialmente coincidentes. Quando começou com o projeto dos *playgrounds*, Van Eyck trabalhava diretamente para Van Eesteren, encarregado do Departamento de Desenvolvimento Urbano de Amsterdam até o ano de 1959. Porém, a concepção de espaço urbano que Van Eyck desenvolveu através dos *playgrounds* fez com que ele se convertesse em um dos críticos mais severos da tendência funcionalista. Em 1953, quando se formou um grupo crítico de jovens arquitetos no cerne do CIAM, Van Eyck foi um dos membros mais destacados. “O funcionalismo matou a criatividade”, declarou em um artigo

publicado na revista holandesa *Forum*. Nas palavras dele, o funcionalismo “conduziu a uma fria tecnocracia em que os aspectos humanos são ignorados. Um edifício é muito mais que a soma de suas funções: a arquitetura tem que facilitar a atividade humana e promover a interação social”.

Entre 1947 e 1978, Van Eyck desenhou mais de setecentos *playgrounds*, primeiro no Departamento de Desenho Urbano e, a partir de 1952, em seu próprio escritório. Nos primeiros oito anos, projetou sessenta *playgrounds*; os últimos, nos novos bairros construídos após a guerra, foram praticamente produzidos em série. De todos, noventa sobreviveram ao longo da segunda metade do século XX com seu desenho original. Mas, atualmente, os que não foram substituídos por edifícios sofreram modificações tão graves que ficaram irreconhecíveis.

O primeiro *playground* para Bertelmanplein foi um experimento. Van Eyck desenhcou uma caixa de areia rodeada por uma larga borda de concreto. Dentro, colocou quatro pedras redondas e, do lado de fora, uma estrutura de barras de ferro. A caixa de areia se encontrava na esquina norte da praça, diagonalmente oposta às barras. Nos limites da praça havia árvores e cinco bancos. Esse *playground* foi um êxito. Numerosos projetos se seguiram e, em função da localização de cada um, Van Eyck desenvolveu uma grande variedade de composições. Para ele, os *playgrounds* constituíam uma oportunidade de colocar à prova suas ideias sobre arquitetura, imaginação e relatividade. Relatividade no sentido de que as conexões entre os elementos estavam determinadas por suas relações mútuas mais do que por um princípio ordenador de hierarquia central.

Como resultado, a realidade já não estava dominada por um centro permanente. Ao contrário, todos os elementos eram equivalentes e os *playgrounds*, exercícios de composição não hierárquica dos espaços. Devido à utilização de elementos como bancos, árvores, tubos e quadros de diferentes cores, as delgadas barras metálicas tinham o mesmo *status* e a mesma presença enfática que a grande caixa de areia.

Distintos elementos dos *playgrounds* representavam uma ruptura com o passado. Em primeiro lugar, os *playgrounds* propunham uma concepção bem diferente de espaço. Van Eyck desenhava conscientemente os equipamentos de forma mínima para estimular a imaginação de seus usuários: as crianças. O objetivo era que pudessem apropriar-se do espaço, deixando as interpretações em aberto. O segundo aspecto era seu caráter modular: os elementos básicos (caixas de areia, barras, pedras, escorregadores e gaiolas) podiam ser recombinados de maneira infinita em diferentes composições policêntricas, em função de cada lugar. O terceiro aspecto é a relação com o entorno, a natureza intermediária ou intersticial de cada *playground*. O seu desenho sempre buscava uma interação com o tecido urbano ao redor. A temporalidade da intervenção fazia parte dessa natureza “intermediária”, recriando o espaço através de uma adaptação escalar contrária ao enfoque da *tabula rasa* do modernismo, que supunha uma autonomia do desenho baseada em dados abstratos e

estatísticos. E, obviamente, a escolha por terrenos baldios e lotes vagos para a construção dos *playgrounds* foi uma opção tática, uma vez que o Serviço de Preparação de Obras do Departamento de Desenvolvimento Urbano, em colaboração com as associações de moradores locais, estipularam que cada bairro tivesse o seu próprio *playground*.

O enfoque nos modos como o espaço poderia ser apropriado estava em clara oposição à concepção funcionalista formulada por Giedion em seu clássico livro *Espaço, tempo e arquitetura*, no qual define a essência da arquitetura como a fusão entre espaço e tempo, que cria a experiência de movimento. Mas as inquietações de Van Eyck eram de natureza completamente distinta: “Por mais que espaço e tempo sejam importantes, lugar e ocasião importam mais. Pois na mente do homem, o espaço é o lugar e o tempo é a ocasião”. Como as pessoas podem fazer do espaço algo próprio e criar um “sentido de lugar” subjetivo? Como podem se sentir em casa na cidade moderna, essa máquina de racionalização massiva? O *playground*, espaço intermediário entre o público e o privado, era “lugar” e “ocasião” combinados.

Na Holanda, o planejamento urbano funcionalista e o crescente espírito de revolta antimoderno chegaram a protagonizar um enfrentamento final no bairro Nieuwmarkt, em Amsterdam. Nessa localidade,

estava prevista a construção da primeira linha de metrô elevada com uma rodovia de quatro pistas acima atravessando um dos bairros mais antigos e populares da cidade. Centenas de estudantes, artistas e ativistas se instalaram nos edifícios vazios da vizinhança, junto aos *provos* (*hippies* holandeses) e aos residentes locais, e fundaram o *Aktiegroep Nieuwmarkt*. Após anos de resistência e das violentas revoltas de 1975, os urbanistas e os políticos se renderam: a linha do metrô se completou, mas a rodovia nunca foi construída e os demais planos foram paralisados e gradativamente eliminados da agenda política. A nova esquerda subiu ao poder, o bairro se salvou e se converteu em inspiração para outras lutas antimodernização em todo o país. Surgiu, então, um novo modelo de desenvolvimento urbano, *bouwen voor de buurt* (construir para o bairro), que substituiria as grandes intervenções modernistas por projetos participativos e de pequena escala. A filosofia de Van Eyck se converteria em modelo na década seguinte, e não foi surpreendente que ele tenha sido convidado para fazer um dos primeiros projetos de reurbanização no próprio Nieuwmarkt, tornando-o simbólico. Aqui suas ideias sobre espaço intersticial, composição não hierárquica e planejamento participativo conduziram a uma arquitetura que poderia adaptar-se com facilidade à vida existente no bairro. Como disse uma vez o historiador holandês Johan Huizinga, “brincar é coisa séria”. ■



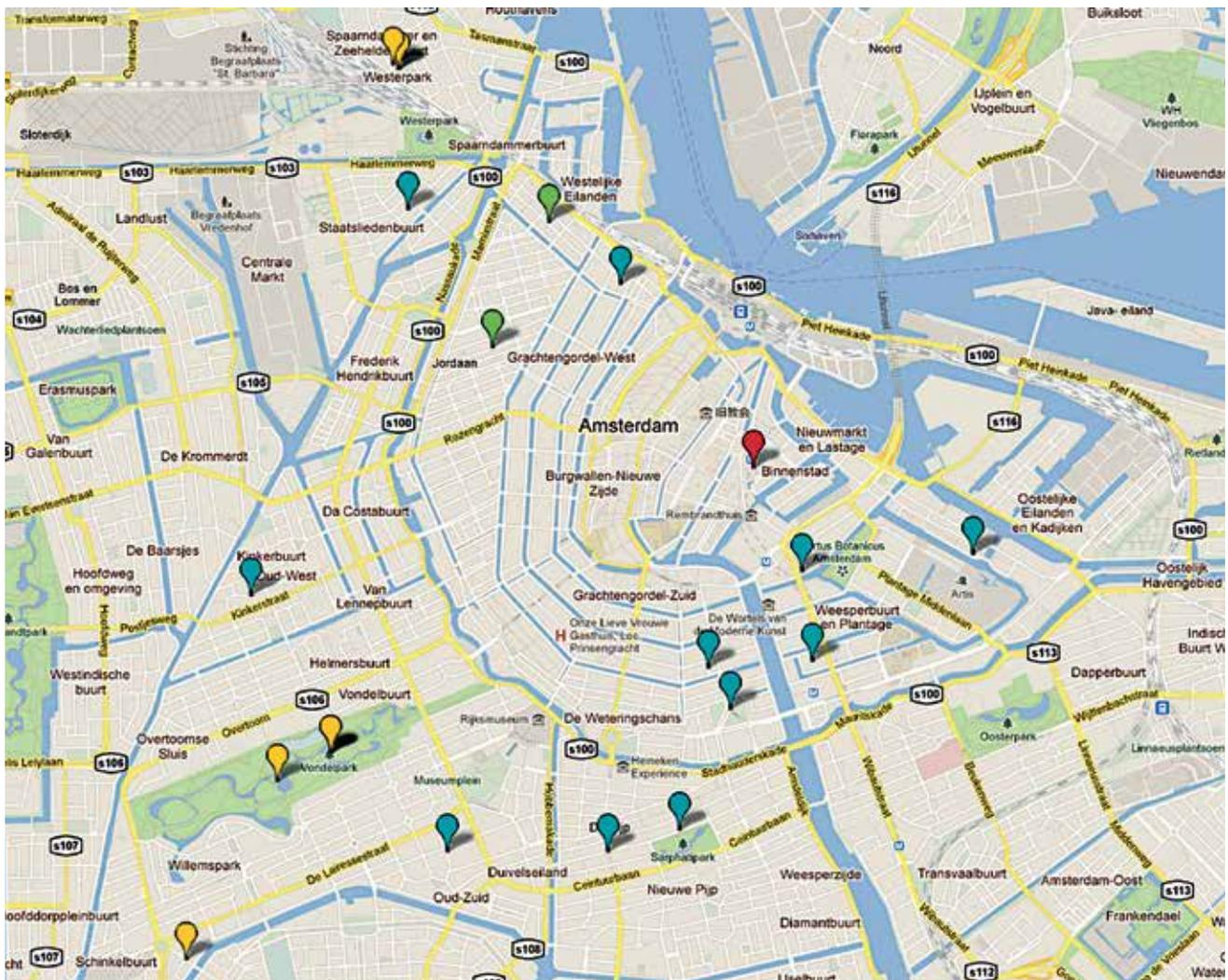
EM BUSCA DE VAN EYCK PELAS RUAS DE AMSTERDAM

Ana Méndez de Andés (*malashierbas*)

Arquiteta, professora da Universidad Europea de Madrid, membro do Observatorio Metropolitano e coorganizadora do seminário Urbanacción. www.urbanaccion.org
www.observatoriometropolitano.org



VEJA O MAPA DETALHADO NO SITE



→ **neste ensaio:** Ana Méndez de Andrés vai à Amsterdam em busca dos playgrounds de Aldo Van Eyck e descobre que muitos foram modificados ao longo dos anos, vários outros desapareceram e somente alguns poucos permanecem como no projeto original.

00 Ijburg

Equipamento original de Van Eyck (ainda em produção).

03 Lepelstraat

Remodelado com brinquedos parecidos, azuis.

06 Sarphatipark

Mescla de elementos novos e antigos.

01 Laagte Kadijk

Sobreviveram somente as pedras, pintadas como joaninhas.

04 Amstel Veld

Demolido, em obras.

07 Eerste Jan Steenstraat

Totalmente remodelado.

02 Jonas Daniël Meyerplein

Demolido em função das obras da nova linha do metrô.

05 Frederiksplein

Totalmente remodelado.

08 Handecoetersstraat

Totalmente remodelado.



09 Bertelmanplein

Estrutura original com muitos elementos originais e com uma cerca ao redor.

12 Vondelpark (III)

Original cuidadosamente reabilitado em 2009.

15 Westerpark (I)

Conserva as caixas de areia, instalaram-se novos elementos e também uma cerca.

18 Mouthaansteeg

Novo playground que inclui um mural na divisa lateral, como havia nos antigos.

10 Vondelpark (I)

Original regularmente conservado.

13 Hasebroekstraat

Totalmente remodelado.

16 Westerpark (II)

O único original que não tem cerca ao redor e mantém a conexão com o espaço público.

19 Herenmarkt

Uma pequena área com alguns elementos de Van Eyck, atrás de um grande playground novo.

11 Vondelpark (II)

Original remodelado com alguns (poucos) elementos novos.

14 Van Beuningenstraat

Totalmente remodelado.

17 Tuinstraat

Novo no bairro de Jordaan, onde haviam vários playgrounds de Van Eyck, agora demolidos.

20 Dijkstraat

Templo budista onde foi um playground até o princípio de 1990.



RECEITAS URBANAS

Santiago Cirugeda

Arquiteto, fundador do estúdio *Recetas Urbanas* e da rede colaborativa *Arquitecturas Colectivas*.
www.recetasurbanas.net
<http://arquitecturascolectivas.net/>

A legislação municipal de Sevilha estabelece que um terreno vazio deve ser protegido por um muro de 2,40 metros de altura, ainda que isso não impeça que o local se transforme, rapidamente, em um depósito de entulho e lixo, insalubre e estigmatizado no bairro. A mesma normativa urbana, entretanto, prevê que a Prefeitura pode desapropriar o terreno se, no período de dois anos, o proprietário não apresentar um projeto a ser construído ali. O argumento é que um lote vago dentro da cidade é um desperdício de infraestrutura urbana e é pernicioso para a cidade como um todo. Ainda assim, em Sevilha, existem muitos terrenos públicos e privados que estão vazios e murados há mais de vinte anos.

Em março de 2004 apresentei à Secretaria de Urbanismo uma proposta de abertura ao público de dez imóveis localizados na parte central da cidade, de forma temporária, sinalizando que uma simples modificação na legislação poderia transformar substancialmente o espaço. Se, ao invés de levantar um muro, a lei exigisse abrir o lote ao público, pequenos jardins temporários e outros espaços comunitários poderiam ser criados sem prejuízo ao proprietário pois, quando ele resolvesse pelo início da construção, teria o lote pronto e limpo para as obras. Essa modificação facilitaria um maior controle sobre os terrenos da cidade, além de estabelecer medidas jurídicas para que os proprietários tivessem garantidos os

seus direitos. Diante dos benefícios que tal medida poderia proporcionar, a Secretaria de Urbanismo de Sevilha aceitou realizar um projeto piloto em terrenos públicos, antes de considerar qualquer modificação legal. Dos dez terrenos propostos inicialmente, os técnicos da Prefeitura conseguiram descobrir os proprietários de somente seis, sendo dois deles de propriedade pública, localizados nos números 80 e 114 da Calle Sol.

No dia seguinte da notícia da abertura dos terrenos para limpeza e adequação, apresentaram-se no número 114 dois advogados reclamando a propriedade do lote. Diante da dúvida, todo o procedimento foi paralizado e o terreno foi novamente fecha-





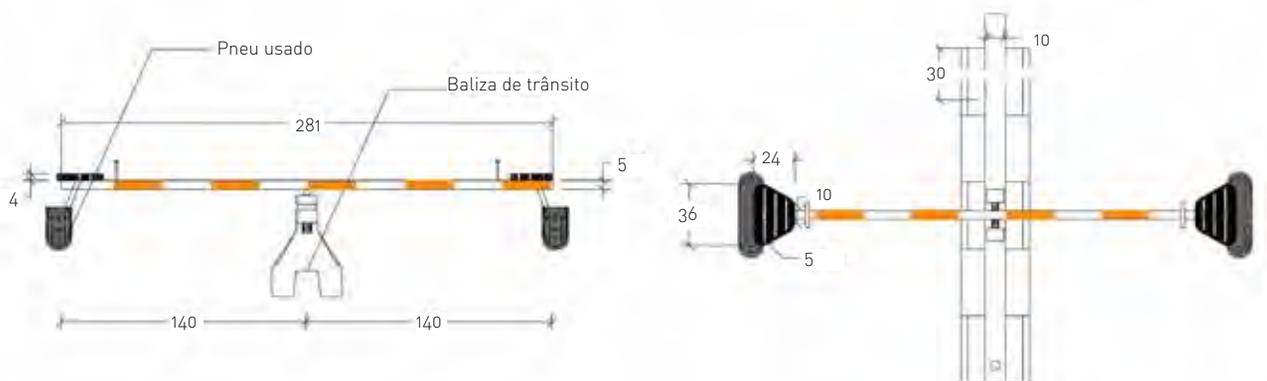
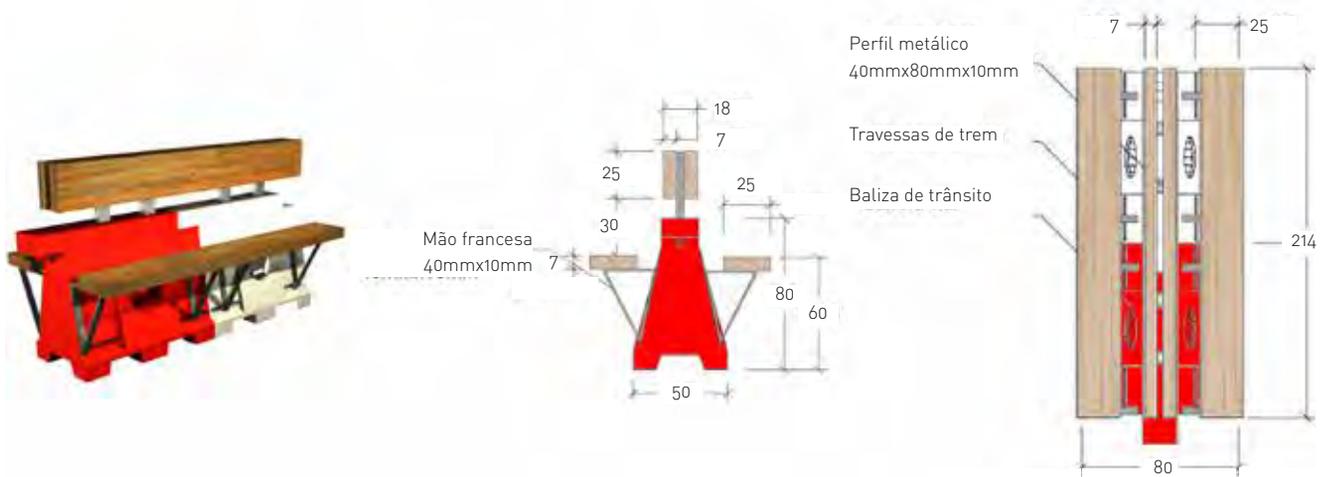
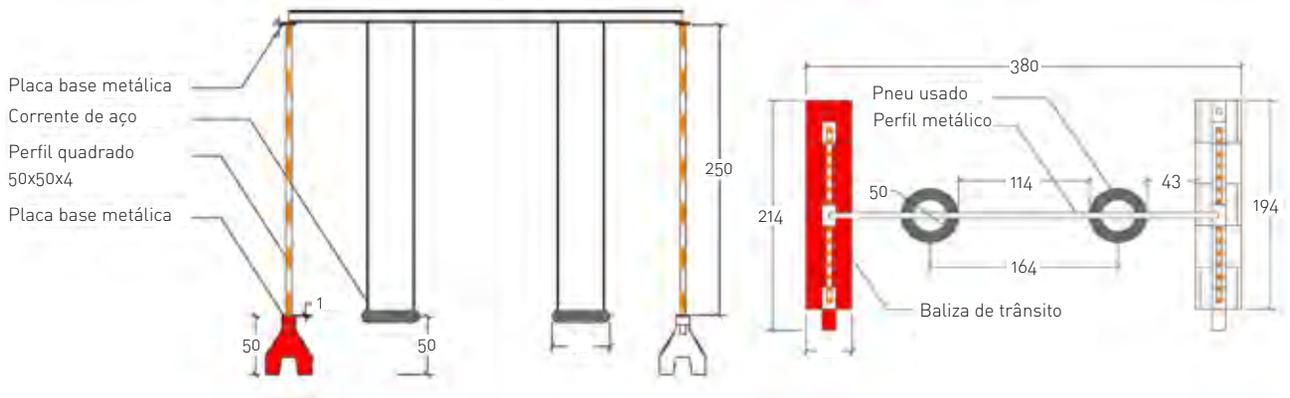
do ao público. No processo de revisão dos expedientes, ficou comprovado que havia um engano e que o titular do terreno era realmente um particular, e não a cidade de Sevilha. O erro, apesar dos transtornos causados aos envolvidos, demonstrou didaticamente a necessidade de uma revisão sistemática dos arquivos da Prefeitura pela Secretaria de Urbanismo, a fim de que os registros dos imóveis estivessem constantemente atualizados.

O terreno situado no número 80 foi completamente equipado com material proveniente dos depósitos municipais, tais como balizas de trânsito fora de uso – preenchidas com concreto – e estruturas auxiliares transformadas em bancos, balanços

e gangorras. Além disso, foram coletadas, na empresa que administra os transportes urbanos, coberturas de antigos abrigos de ônibus que se adaptaram perfeitamente ao parquinho temporário, criando zonas de sombra para crianças e idosos.

Essa experiência demonstra que com a abertura dos terrenos seria possível muito mais que *playgrounds*, jardins e praças públicas temporárias. Com a colaboração dos cidadãos, vizinhos e da administração pública, equipamentos efêmeros, lugares de reunião, centros comunitários, espaços para eventos e até mesmo habitações provisórias poderiam surgir enquanto os terrenos não tivessem um uso definitivo.

Atualmente, o novo Plano de Ordenação Urbana de Sevilha inclui a legislação para uso temporário de terrenos vazios, detalhada em normas que obrigam a coordenação e atualização constante do registro de imóveis para que a própria Prefeitura tenha maior capacidade de fazer a gestão dos usos temporários. Essa situação excepcional contornou consideravelmente a desconfiança generalizada dos cidadãos com os processos de participação nas políticas públicas e na legislação urbana, ao mesmo tempo que não descartou, em nenhum momento, o uso de estratégias capazes de subverter essas mesmas regras. ■



1

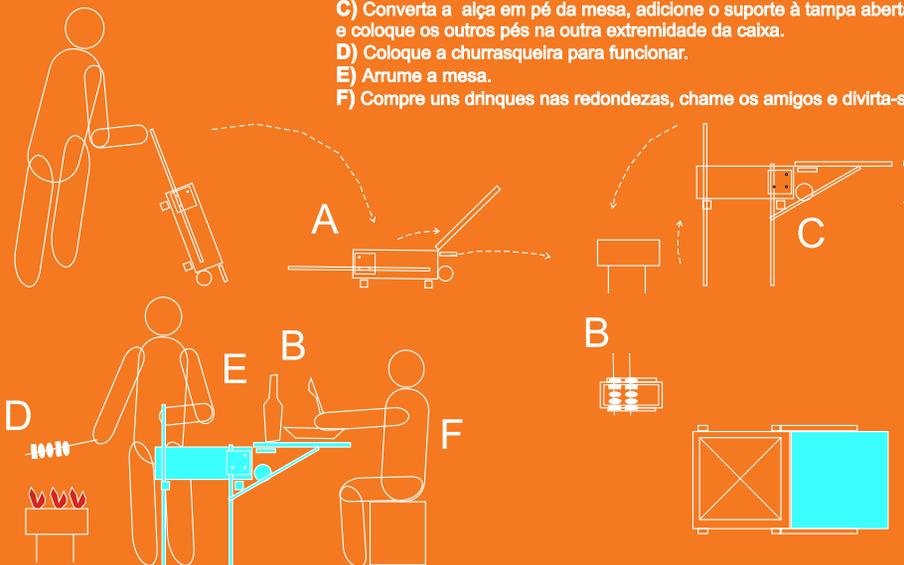
Escolha um espaço vago na cidade.

Recomenda-se áreas sombreadas e arejadas com mercados e bares nas proximidades.

2

Transforme seu carrinho ambulante em um espaço para comer ao ar livre em poucos minutos.

- A) Deite o carrinho na posição horizontal.
- B) Retire da caixa a churrasqueira, os alimentos e bebidas iniciais e os utensílios: copos, pratos, talheres, toalha.
- C) Converta a alça em pé da mesa, adicione o suporte à tampa aberta e coloque os outros pés na outra extremidade da caixa.
- D) Coloque a churrasqueira para funcionar.
- E) Arrume a mesa.
- F) Compre uns drinques nas redondezas, chame os amigos e divirta-se.



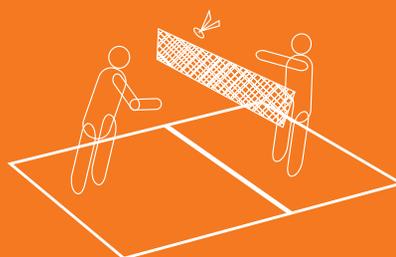
1

Escolha um espaço vago na cidade.

Busque áreas ensolaradas.



A



2

Transforme sua mochila em uma quadra, um pic-nic ou tenda ao ar livre em poucos minutos.

A) Quadra: retire da mochila a fita adesiva e passe-a sobre o chão desenhando uma quadra. Quanto mais lisa e regular o piso, melhor. As ruas asfaltadas e planas são ideais. Monte a rede fixando-a em postes ou árvores próximas. Convide os amigos e comece o jogo.

B) Tenda: retire da mochila a tenda e fixe-a em árvores ou postes e descanse sob a sombra.

C) Pic-nic: escolha um belo local e ponha a toalha, leve frutas, queijos, pães, bolos, bebidas, convide companhias agradáveis e divirta-se.

Esses Kits funcionam bem combinados.

B



C



EXPEDIENTE

Ministério da Cultura
Secretaria de Políticas Culturais
Sérgio Duarte Mamberti | Secretário

Associação dos Amigos da Casa de Rui Barbosa
João Maurício de Araújo Pinho | Presidente

Rede de Revistas
Programa Cultura e Pensamento
Sergio Cohn e Elisa Ventura | Coordenadores
Rita Ventura | Produtora
Luana Villutis | Coordenadora de rede
Filipe Gonçalves, Elisa Ramone e Tatiana Louzada | Assistentes de produção

Editores de PISEAGRAMA
Fernanda Regaldo, Renata Marquez, Roberto Andrés, Wellington Cançado

Colaboradores
Guto Lacaz, Emilio Fraia, Simone Cortezão, Marco Antônio Mota, Ladislau Dowbor, PORO, Ettore Bottini, Joachim Schmid, Leonardo Brandão, Daniel Beck, Aleluia Heringer Lisboa, Selma Andrade, Alexandre Delijaicov, Marcos L. Rosa, André Rosso, Eugênio Bucci, Marcelo Pedroso, Pablo Holmes, Bruno Vilela, Nuno Manna, Cíntia Marcelle, Merijn Oudenampsen, Ana Méndez de Andrés, Santiago Cirugeda, Flávio Mário Gelli, Breno Silva e Louise Ganz.

Projeto Gráfico
Fernanda Regaldo, Renata Marquez, Roberto Andrés, Wellington Cançado, Clarice Lacerda

Editoração e Diagramação
PISEAGRAMA e Orbi Design | Matheus Faria e Rubens Rangel | www.orbidesign.com

Tradução
Wellington Cançado: "A cidade como playground" e "Receitas Urbanas" dos originais em espanhol.

Revisão
Janine Rocha

Capa
Intervenção de PISEAGRAMA sobre fotografia Praia de Icaraí - Trampolim, de Manoel Fonseca, 1941. Acervo da Divisão de Documentação e Pesquisa da Fundação de Arte de Niterói (DDP/FAN).

Segunda e terceira capas
Intervenção de PISEAGRAMA sobre páginas da Revista do Rádio, publicadas em outubro de 1951.

Contato Comercial
comercial@piseagrama.org

Impressão e Distribuição
Programa Cultura e Pensamento/MinC

Tiragem
10 mil exemplares

Número 03 | Ano 01 | Julho 2011

ISSN 2179-4421
IMPRESSO NO BRASIL

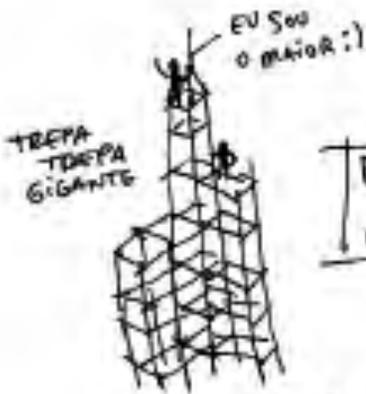


Editora
Instituto Cidades Criativas - ICC
www.cidadescriativas.org.br

www.piseagrama.org | contato@piseagrama.org



Você pode utilizar, copiar, distribuir, exibir, transformar ou reproduzir em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, incluindo fotocópia, desde que não tenha objetivo comercial e sejam citados os autores e a fonte. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.



PARQUE PRA ADULTOS

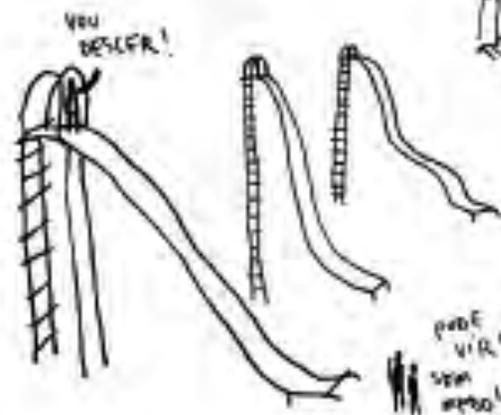


ABERTO PARA BALANÇO

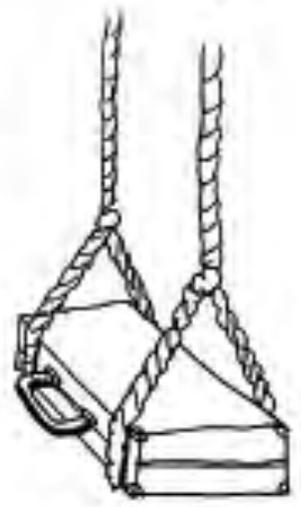
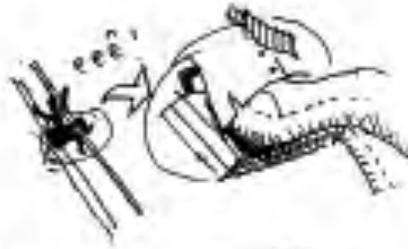
IDEIAS PARA UM PARQUINHO GRANDE



BALANÇOS PRA 4 ADULTOS (2 DUPLAS)



MESA DE REUNIÃO SUSPENSA



PODE VIR SEM SÓCO!

PRÓPRIO PRA ENCAIXAR A PALMIRA

GANGORRA PRA PESOS VARIADOS



PERAI, TÔ TRANCANDO A ANLTRA!

BALANÇOS INTERDUPLAS



OPÇÃO DE ASSENTO



SOLUÇÃO NO PRÓXIMO
NÚMERO



Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS:

- 1 — Da "galiteira" — Da "caixa".
- 2 — Nêroni e Henriqueta.
- 4 — Dia-vo da raça asiática do norte do Japão.
- 4 — Presença de uma cantora.
- 5 — Interprete da samba "Madrugada".
- 7 — Ora bolas!
- 8 — Diana — Dileite de sucessos.

VERTICAIS:

- 1 — Camareira — Presença do irmão de Dick.
- 2 — Ella e Aida.
- 3 — Presença da cantora chilena que atuou em "bette".
- 4 — Cantora da Guanabara (liv. e sem as 2 últimas).
- 6 — Cantora da Nacional (liv. e sem a última).
- 6 — Cantor de melodias populares (MP).
- 7 — Amélia de Oliveira.
- 8 — Unice — Ex-diretor musical da Rádio Globo.

SOLUÇÃO DO ENIGMA DA EDIÇÃO ANTERIOR:

- HORIZONTAIS: — 1) — Costa; 2) — Ira; 3) — Esquipedes; 4) — Bruno; 5) — Elio; 6) — RA — PATO; 7) — NP — Vera; 8) — Edmo. VERTICAIS: — 1) — Hóster; 2) — Urbana; 3) — Coror; 4) — Ido; 5) — Pto; 6) — Ad — Aro; 7) — Renata; 8) — Astro.

ANUNCIE AQUI

Ganhe uma viagem a BUENOS-AIRES e MONTEVIDÉU



GRATUITAMENTE

Próxim
o delicioso
biscoito

Estoril

À VENDA EM TÔDA
— PARTE —

RECOMENDAMOS
PARA A SUA
DISCOTECA

DANÇANDO A BUMBA — Rem-
to — Nivalina Sarda.

QUINTO PATIO — Bolero — Rui
Rai.

PEIXE VIVO — Ballo — Nava
Rilano.

PARTIU O NOU AMOR — Pae
— Pato Preto.

VIVA O REI — Ballo — Zé Gen-
eaga.



2º PRÊMIO



3º PRÊMIO

Quem As Mús.
Sarda e Nivalina
Sarda de 15.11 por
o programa "CRIA
DAS 2" da RÁDIO
GLOBO que encon-
ta detalhadamente
as letras de canções
de todos os países
ENVIAMOS DES-
CUM PRÉO RE-
EMBOLSO POS-
TAL PARA TUDO
O BRASIL.



No dia 19 de abril de 1963, uma violenta ressaca fez com que o mar invadisse as ruas da cidade de Niterói, encobrindo o famoso trampolim de Icaraí. Construído em 1937, o trampolim viveu anos gloriosos na década de 50, quando Icaraí estava na moda e "a areia da praia marchetada de barracas, parassóis e maiôs era uma visão encantada de caleidoscópio com sua beleza multicolorida de cinturão de missangas". Com 12 m de altura, era o picadeiro perfeito para os saltos acrobáticos dos rapazes modelados pelo halterofilismo, observados atentamente da areia pelas garotas.

Relatos da época contam que a água era limpa a ponto de se poder mergulhar e apanhar moedas na areia do fundo, e que só os intrépidos voavam de cabeça da última plataforma. Alguns pulavam empunhando um guarda-chuva velho, como que tropicalizando o surrealismo. Os menos corajosos pulavam dos primeiros andares, em pé.

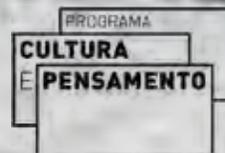
Já no início dos anos 60 o trampolim ficou perigoso com a profundidade do mar diminuindo gradativamente, até que em 1964, foi finalmente dinamitado. A partir de então, a praia de Icaraí foi perdendo seus encantos e a alta contaminação da água a tornou imprópria para banho, o que não impediu que o bairro vivesse um "boom" imobiliário, a partir da construção da Ponte Rio-Niterói.



Ministério da Cultura e



apresentam

PETROBRAS

parceria |

apoio |

realização |

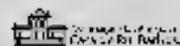
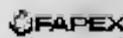


Brasiliana USP

REDEDEREVISTAS



Ministério da Cultura



Secretaria de Políticas Culturais

Ministério da Cultura



Esta revista foi contemplada pela seleção pública de revistas culturais do Programa Cultura e Pensamento 2009/2010.